

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA
FACULDADE AMADEUS - FAMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

EVAILMA GONÇALVES PAES DE PAULA

**INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO
ENSINO REGULAR: desafios e possibilidades**

**Aracaju – SE
2018**

EVAILMA GONÇALVES PAES DE PAULA

**INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO
ENSINO REGULAR: desafios e possibilidades**

**Monografia apresentada à Sociedade
de Ensino Superior Amadeus, como
requisito final para obtenção do grau
de Licenciatura em Pedagogia.**

**Orientadora: Prof. Dr^a. Maria
Aparecida Souza Couto.**

**Aracaju – SE
2018**

**INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO
ENSINO REGULAR: desafios e possibilidades**

Monografia apresentada à Sociedade de Ensino Superior Amadeus, como requisito final para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Coordenador do Curso

Orientadora

Avaliador

Avaliador

Avaliação Final: _____

Aprovada em: Aracaju ____/____/____

Dedico este trabalho a todos os meus colegas de profissão. Profissão nobre, cuja aqueles que se decidem por ela estão dispostos a semear um pouco de si no outro. Dedico a todos os docentes que decidem enveredar-se pelos caminhos da pesquisa, chegando ao tão almejado conhecimento, para assim, semear a boa semente em terra fértil, a saber: o aluno.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus que, em sua infinita graça e bondade resolveu demonstrar seu amor incondicional a mim entregando o que tinha de mais precioso, Jesus! A Ele que é o autor e consumidor da minha fé e existência, renderei eternamente a minha gratidão.

Ao meu esposo por ser um verdadeiro companheiro de jornada, enfrentado os mais diversos obstáculos, para que juntos chegássemos até aqui. Esta vitória é nossa!

Aos meus pais por me ensinarem valores e princípios inegociáveis e me incentivarem sempre a dar o melhor de mim em tudo. Esta conquista também é de vocês!

A minha orientadora, Professora Doutora Maria Aparecida Souza Couto pela paciência e palavras de incentivo e encorajamento. Por me inspirar a percorrer o caminho da pesquisa e do conhecimento. Por me mostrar que essa é só a primeira conquista de muitas outras que virão.

Aos meus professores de uma forma geral, pois contribuíram e muito para minha formação e para que esse momento tão aguardado chegasse.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram de alguma forma para essa conquista. O meu muito obrigada!

“Na educação de uma criança no contexto da inclusão é preciso criar suportes e criativos aportes para fazer travessias significativas pelo fio do conhecimento”.

(Simone Helen Drumond Ischkanian)

INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR: desafios e possibilidades

Evailma Gonçalves Paes de Paula¹

RESUMO

Os desafios que compõem a prática docente são inúmeros. Quando se trata da educação inclusiva esses desafios acabam sendo maiores e mais complexos por se tratar de algo que, na prática, ainda não saiu do papel como se espera. Na teoria, a educação inclusiva chega a ser uma utopia, algo que acontece de maneira ideal, justa, harmônica e completa. Porém, a realidade de pais, professores e crianças com necessidades educacionais especiais é bem diferente. Pretende-se através desta pesquisa refletir sobre aspectos relevantes acerca da inclusão do aluno autista no ensino regular. Sabendo dos desafios e possibilidades agregados a este tema, foi realizada uma pesquisa de campo com a finalidade de observar a rotina de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em sala de aula de ensino regular da educação infantil. Trata-se, portanto, do estudo de caso específico cuja abordagem qualitativa permitiu aplicar a técnica de entrevistas semiestruturadas aos profissionais envolvidos nesse processo, à família da criança e também a uma psicóloga que respondeu questões pertinentes à compreensão do processo de inclusão do aluno num contexto geral.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Autismo.

ABSTRACT

The challenges that make up the teaching practice are innumerable. When it comes to inclusive education these challenges end up being bigger and more complex because it is something that in practice has not gotten off the paper as expected. In theory, inclusive education becomes an utopia, something that happens ideally, just harmonious and complete. However, the reality of parents, teachers and children with special educational needs is quite different. This research intends to reflect on relevant aspects about the inclusion of the autistic student in regular education. Knowing the challenges and possibilities on this topic, a field research was carried out with the purpose of observing the routine of a student with Autistic Spectrum Disorder in a classroom of regular education of children. It is, therefore, the study of a specific case whose qualitative approach allowed the technique of semi structured interviews to be applied to the professionals involved in this process, the child's family and also a psychologist who answered questions pertinent to understand the process of inclusion of the student in a general context.

Keywords: Education. Inclusion. Autism.

* Graduanda do Curso de Pedagogia na referida Instituição.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 INCLUSÃO DA CRIANÇA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAS - (NEE)	10
2.1 Breve histórico sobre o TEA.....	13
2.2 Transtorno do Espectro Autista - TEA.....	14
2.3 A importância do diagnóstico	15
2.4 A família e a descoberta do TEA.....	18
2.5 Papel da escola na inclusão: aluno com TEA	20
2.6 Capacitação docente: indagações e ação em sala de aula.....	23
3 METODOLOGIA	29
3.1 Estratégias Metodológicas	29
3.2 Instrumentos de coleta de dados	29
3.3 Contextualização do estudo	30
3.4 Sujeitos da pesquisa	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	31
4.1 Perfil e identificação dos profissionais.....	31
4.2 Maternagem: cuidados e abdicação.....	32
4.3 Professora da sala de aula regular: tatos e contatos	36
4.4 Sala de recursos: avanços e desafios profissionais	39
4.5 Entrevista com a psicóloga	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNCICES	51
Apêndice A – Questionário direcionado a mãe da criança.....	52
Apêndice B – Questionário direcionado a professora da sala de aula regular	53
Apêndice C – Questionário direcionado a professora da sala de recursos	54
Apêndice D – Questionário direcionado a psicóloga	55
Apêndice E – Fotos de alguns materiais adaptados para K.A	56

INTRODUÇÃO

Ao falarmos em educação abrimos um leque de possibilidades, desafios e formas de exercê-la. Nesta pesquisa, adota-se a compreensão de que a educação é um processo ininterrupto, onde o ser humano avança, cresce em suas competências e habilidades ao longo da vida. Segundo John Dewey (1979), filósofo e pedagogo norte – americano, a educação é um processo social, é desenvolvimento. Portanto, não é apenas uma etapa da vida, parafraseando Dewey, trata-se não de uma preparação para a vida, mas sim a própria vida em seu fluxo contínuo que é o objeto da educação escolarizada.

Atualmente, quando o assunto é a educação formal ministrada nas instituições de ensino, o termo inclusão tem sido bastante discutido. Educação de boa qualidade é um direito da criança e do adolescente e isso não exclui o aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Nessa toada, garante a vigente Magna Carta Constitucional em seu escopo,

Art. 225.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Art. 206, I

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Ainda, de acordo com a Lei 9394/96, que é a legislação que regulamenta o sistema educacional no Brasil nos níveis básico e superior, público e privado, dispõe sobre educação especial,

Art. 58.

Entende-se por educação especial, para os efeitos dessa Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Mas apesar das leis que asseguram o direito do aluno com NEE à educação, ainda existem vários desafios a serem enfrentados para que de fato a criança com NEE esteja incluída no ensino regular e tenha condições de aprender e se desenvolver cognitivamente, social e emocionalmente.

Tendo como contexto mais amplo a inclusão escolar, esta pesquisa aborda o tema Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a inclusão desse aluno no

ensino regular. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno neurobiológico de desenvolvimento de longa duração, ou seja, o indivíduo que é diagnosticado apresentará as manifestações clínicas por toda vida.

O interesse pela temática surgiu durante a experiência como estagiária, onde foi possível observar como de fato acontece o processo de inclusão do aluno com TEA numa sala de aula regular. Essa vivência suscitou questões ora objeto desta pesquisa, contudo, elegeu-se como principal questão indagar: como a escola e educadores têm reagido aos desafios decorrentes do processo de inclusão de alunos com NEE? Ainda, considera-se enriquecedor indagar: o educador tem buscado se especializar para conhecer melhor o transtorno e assim desenvolver um trabalho específico que atenda a esse público? A família tem colaborado ou participado de forma ativa do processo de inclusão e desenvolvimento da criança?

Defende-se que a escola se torna inclusiva quando percebe o aluno e suas necessidades individuais, buscando métodos e recursos para que esse aluno aprenda e desenvolva suas competências e habilidades e que a inclusão abranja todas as esferas da rotina da criança. Deste modo, considera-se que,

A inclusão só é possível onde houver respeito à diferença e, conseqüentemente, a adoção de práticas pedagógicas que permitam às pessoas com deficiências aprender e ter reconhecidos e valorizados os conhecimentos que são capazes de produzir, segundo seu ritmo e na medida de suas possibilidades. Qualquer procedimento, pedagógico ou legal, que não tenha como pressuposto o respeito à diferença e a valorização de todas as possibilidades da pessoa deficiente não é inclusão. (SARTORETTO, 2011, p. 77-78).

Diante do exposto, elenca-se como objetivo geral identificar quais são os maiores desafios enfrentados pela comunidade escolar frente à inclusão. E, como objetivos específicos, mostrar a importância da capacitação de professores por meio de especializações para desenvolver um planejamento adequado que atenda as necessidades do aluno com TEA e apontar a importância da interação família – escola para o sucesso no processo de inclusão e a partir daí, almeja-se contribuir com a ampliação do conhecimento sobre o transtorno em tela ao oferecer possibilidades de respostas que possam melhorar o atendimento oferecido pelas escolas ao respectivo aluno. Para isso, a presente pesquisa falará um pouco sobre o Transtorno do Espectro Autista, a importância do diagnóstico, a família descobrindo o TEA, o papel da escola na inclusão desse indivíduo e sobre a importância da capacitação docente para o desenvolvimento desse trabalho.

2 INCLUSÃO DA CRIANÇA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAS - (NEE)

Ao falarmos sobre inclusão educacional precisamos refletir sobre os direitos que assistem à criança com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Sabe-se que toda criança tem direito a uma educação de qualidade. Qualidade esta, compreendida de acordo com o estipulado no Estatuto da Criança e do Adolescente, garantindo que,

Art. 53

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;

Porém, essa não é uma realidade respeitada em nosso país e isso atinge também aos alunos com necessidades especiais. É importante ressaltar que quando falamos em crianças com necessidades educacionais especiais, não estamos nos referindo somente às crianças com deficiência, pois existem vários outros fatores que podem fazer com que a criança tenha dificuldades para aprender, a saber: problemas de ordem comportamental, social, emocional ou familiar.

A presença da deficiência não implica, sempre, em dificuldades de aprendizagem. De outro lado, inúmeros alunos apresentam distúrbios de aprendizagem sem serem, necessariamente, portadores de deficiência. Mas, ambos os grupos têm necessidades educacionais especiais, exigindo recursos que não são utilizados na “via comum” da educação escolar, para alunos das mesmas idades. (Saberes e Práticas da Inclusão. Brasília, 2006).

Embora o campo de estudo das deficiências e distúrbios que acometem crianças em idade escolar seja amplo e frequentemente analisado sob uma diversidade de olhares, neste artigo o foco incide especificamente sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Toda criança que possui algum tipo de dificuldade de aprendizagem deve receber o ensino de acordo com suas necessidades, destarte, a Lei de Diretrizes e Bases de número 9394/96, torna claro que,

Art. 59

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para

atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Sendo assim, toda instituição que tem em seu quadro alunos com necessidades educacionais especiais, precisa se adequar para que esse aluno receba uma educação de qualidade que atenda toda a sua demanda, para que de fato o mesmo se desenvolva cognitivamente, social e emocionalmente e seja inserido na sociedade como indivíduo com competências e habilidades desenvolvidas o suficiente, para que dessa forma tenha uma vida o mais normal e independente possível. A Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, nos parágrafos 27 e 28 incisos I e III determina:

Art. 27.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia. (BRASIL, Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/15. Brasília, DF, set. 2018)

Em 1994 foi elaborada a Declaração de Salamanca, documento organizado na Espanha que tem como principal finalidade fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas educacionais para inclusão. Esta declaração surgiu a partir da emergência de movimentos de direitos humanos que tinham como objetivo a desinstitucionalização dos manicômios que apareceram a partir das décadas de 60 e 70. A Declaração de Salamanca é considerada inovadora porque, conforme diz em seu texto, "... proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de "educação para todos" firmada em 1990 (...), ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for, ou seja, ela garante que toda e qualquer criança que apresenta problemas de aprendizagem tenha uma atenção e ensino diferenciados. Em um dos seus trechos, afirma:

Acreditamos e proclamamos que: toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades. (UNESCO, Declaração de Salamanca, 1994).

Em 28 de novembro de 2012, foi sancionada a lei de proteção aos indivíduos com TEA. A lei número 12.764 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista. A lei garante “[...] a eliminação de todo e qualquer tipo de discriminação, o direito ao diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento; acesso à saúde; à proteção social (benefícios, cuidados e moradia); ao trabalho e às provisões adequadas de serviços que lhes propiciem a igualdade de oportunidades”. (BRASIL, Lei de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, 2012.) A lei recebeu o nome de Berenice Viana, mãe de três filhos, sendo o caçula autista de 21 anos, que foi a sua inspiração. A mesma foi pioneira na luta pelos direitos da pessoa com autismo. Sua luta começou no ano 2000, porém a lei foi sancionada em 2012. Ela foi a idealizadora da primeira clínica Escola do Autista do Brasil. Ela fez de suas incertezas e medos, força e motivação para garantir as pessoas com TEA direitos fundamentais para a inclusão desses indivíduos na sociedade. Deste modo, a supracitada Lei registra em seu corpo legal,

Art. 3º

São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

- I – a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II – a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- III – o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) - a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) - informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
- IV – o acesso: à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) - à previdência social e a assistência social.

Apesar das leis existentes que garantem a essas crianças um ensino de qualidade, na prática da sala de aula, essa inclusão acontece de maneira bem diferente da teoria, fugindo às vezes, em sua totalidade, daquilo que realmente deveria ser colocado em prática, pois faltam recursos, mão de obra especializada

em atendimento educacional especial e até mesmo uma melhor compreensão sobre o transtorno do espectro autista e sobre a inclusão num contexto geral.

2.1 Breve histórico sobre o TEA

Antes de citar alguns aspectos relevantes acerca do TEA, faz-se necessário trazer um breve histórico do transtorno. O termo “autismo” foi utilizado pela primeira vez em 1908 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler. Ele descreveu os sintomas associando-os a esquizofrenia. Em 1943, Leo Kanner, psiquiatra austríaco, nomeou o transtorno de Distúrbio Autístico do Contato Afetivo e já o caracterizava com as condições comportamentais que conhecemos hoje e que no transcorrer da pesquisa serão discutidos de forma mais ampla. Kanner chegou a conclusão de que a incidência era predominante no sexo masculino.

Já em 1944, Hans Asperger, também psiquiatra austríaco, denominou o transtorno de Psicopatia Autística. O psiquiatra durante suas pesquisas utilizou o histórico familiar de seus pacientes, assim como aspectos físicos e comportamentais. Além disso, achou importante ressaltar a sua preocupação com a abordagem educacional desses indivíduos. Em 1960, ainda não havia muita clareza acerca da etimologia do TEA, que nessa época passou a ser chamado de autismo infantil. Pesquisadores acreditavam que a causa era emocional, ou seja, falta de afetividade por parte dos pais à criança. Porém, Fred Volmark, psiquiatra, dizia: “Não consideram o papel da biologia ou genética, que agora entendemos ser a principal causa.” Ou seja, Fred Volmark já considerava que o transtorno tem causas genéticas e não emocionais.

Em 1952, surgiu a primeira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais, o DSM-I. Foi criado pela Associação Americana de Psiquiatria com o intuito de facilitar o diagnóstico desses pacientes. A partir daí, com o passar dos anos, novas versões do manual foram sendo lançadas, sendo a mais recente versão lançada em 2013. A cada nova versão, novas atualizações acerca da nomenclatura, etimologia e características eram modificadas, chegando ao que sabemos hoje sobre o transtorno.

2.2 Transtorno do Espectro Autista – TEA

O TEA continua sendo uma síndrome bastante pesquisada e discutida por cientistas e médicos ao redor do mundo. Existem várias contradições em relação ao diagnóstico preciso devido ao amplo campo de manifestações comportamentais. Os sinais dessas manifestações se dão, muitas vezes, desde o início da vida, como por exemplo, a falta de aconchego ao colo, preferindo ser deixado sozinho, a neutralidade das expressões faciais e o desinteresse a voz das pessoas mais próximas. Segundo Rubens Wajnsztein (2017), neuropediatra, “[...] mãe e bebê estão em mundos diferentes, sem a possibilidade de comunicação, pois por mais que a mãe tente, não consegue entender e atender as necessidades do filho”.

Num aspecto geral, o TEA pode ser identificado através dos seguintes sintomas: alteração na capacidade de comunicação e interação social, atraso na linguagem (em alguns casos a criança não desenvolve a fala, sendo chamada de autista não-verbal), dificuldades em expressar ideias e sentimentos, assim como estereotípias (movimentos repetitivos) e até mesmo agressividade, contra si mesmo ou contra o outro. Os sintomas do transtorno podem ser melhor percebidos, geralmente, aos dois ou três anos de idade.

As causas de tal transtorno são consideradas multifatoriais, ou seja, não existe causa única ou específica. As causas podem ser hereditárias ou por fatores biológicos perinatais. Ainda segundo Rubens Wajnsztein (2017), “... evidencia-se o fato de que o autismo é certamente hereditário, mas causado por uma combinação de vários genes, a qual pode ocorrer de modo aditivo, multiplicativo, epistático ou de outras formas ainda desconhecidas”. Os fatores biológicos perinatais são as complicações obstétricas e traumatismo no parto. Mesmo diante dessas informações, o transtorno do espectro autista ainda é rodeado de mistérios e incertezas.

De acordo com Ferreira (1993), na criança autista suas estruturas cognitivas amadurecem no mesmo estágio de uma criança dita padrão, porém de maneira mais lenta, ou seja, o educador responsável pela inclusão desse aluno precisa elaborar um trabalho em conjunto com outros profissionais que são os psicólogos, terapeutas ocupacionais (TO), psicopedagogos, fonoaudiólogos, dentre outros, para que o trabalho realizado na escola seja reforçado em todos os ambientes que a criança frequenta. Através desse trabalho conjunto, todos os exercícios, terapias, comportamentos adequados ensinados serão reforçados e

assimilados pela criança com maior facilidade. O aluno com TEA quando estimulado de maneira adequada tem a capacidade de desenvolver suas competências e habilidades como qualquer outra criança, desde que seu tempo seja respeitado. Ao assim ocorrer considera-se que

O conhecimento do mundo real se faz de forma paralela e dialética ao desenvolvimento dos esquemas sensório-motores, ou seja, a criança aprende sobre os objetos de sua realidade ao mesmo tempo em que descobre suas possibilidades de agir sobre eles e desenvolve suas habilidades perceptomotoras. (FERREIRA, 1993, p. 107).

Antigamente, o transtorno do espectro autista era um assunto de interesse apenas médico, o que acarretava em recursos escassos com relação à educação. As crianças com essa síndrome somente podiam frequentar instituições de intervenção clínica, ou seja, elas não tinham a oportunidade de conviver com outras crianças de sua idade. A inclusão da criança com TEA em ambiente escolar de ensino regular é de fundamental importância, pois a socialização vivida na escola proporciona a oportunidade de aprender através da observação de como as outras crianças convivem e se relacionam entre si. Portanto, adverte-se que

A restrição do atendimento a essas crianças apenas a instituições de intervenção clínica e escolas de ensino especial reforçaram sua tendência ao isolamento, privando-as da possibilidade de convivência com sua geração, em ambientes mais espontâneos que retratassem e vida em sociedade. (CUNHA, 2011, p. 83).

Ao falar da inclusão de um aluno com TEA em sala de aula do ensino regular, é importante ressaltar que, escola e professor, precisam se desprender de planejamentos e objetivos já construídos. Precisam se desprender também do conceito de aluno imperfeito, com limitações. É preciso, antes de tudo, conhecer o aluno, observar suas particularidades, potencialidades, para a partir daí, construir um planejamento e traçar os objetivos a serem alcançados na rotina escolar desse aluno. É imprescindível enxergar o discente com TEA, sobretudo, como um ser capaz de aprender.

2.3 A importância do diagnóstico

Com relação ao diagnóstico, não há nenhum exame que possa ser feito de modo a detectar precocemente a presença do Transtorno do Espectro Autista. O diagnóstico é clínico e se dá através de testes. O tratamento tem início a partir daí,

quando a criança com TEA precisa receber acompanhamento contínuo e multidisciplinar composto por: fonoterapia, psicoterapia, terapia ocupacional, musicoterapia, dentre outros, além de acompanhamento médico, associado ao uso de medicação caso seja necessário.

No sentido de orientar profissionais da área médica, em 18 de maio de 2013 foi lançada a 5ª edição do DMS-5, que significa Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Psiquiátrica Americana. O objetivo final para a reformulação desse Manual foi garantir que profissionais tivessem mais segurança e embasamento científico em suas práticas e diagnósticos clínicos. O capítulo antes intitulado por "Transtornos globais do desenvolvimento", que segundo Álvaro Cabral Araújo, médico psiquiatra, pesquisador do Programa de Ansiedade e do Serviço de Psicoterapia do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da FMUSP, "incluíam o Autismo, Transtorno desintegrativo da infância e as Síndromes de Asperger e Rett, foram absorvidos por um único diagnóstico, "Transtornos da gama do autismo". A mudança refletiu a visão científica de que aqueles transtornos são na verdade uma mesma condição com gradações em dois grupos de sintomas: Déficit na comunicação e interação social; Padrão de comportamentos, interesses e atividades restritos e repetitivos conforme Quadro 01 abaixo:

Quadro 01 – Tríade Autista

1) Prejuízo qualitativo na interação social, manifestado por pelo menos dois dos seguintes aspectos:	2) Prejuízos qualitativos da comunicação, manifestados por pelo menos um dos seguintes aspectos:	3) Padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses, e atividades, manifestados por pelo menos um dos seguintes aspectos:
a) Prejuízo acentuado no uso de múltiplos comportamentos não verbais tais como contato visual direto, expressão facial, posturas corporais e gestos para regular a interação social;	a) Atraso ou ausência total de desenvolvimento da linguagem falada (não acompanhando por uma tentativa de compensar por meio de 26 modos alternativos de comunicação tais como gestos ou mímica), em indivíduos com fala adequada.	a) Preocupação insistente com um ou mais padrões estereotipados e restritos de interesse, anormais em intensidade ou foco;
b) Fracasso em desenvolver	b) Acentuado prejuízo na capacidade de iniciar ou	b) Adesão aparentemente inflexível a rotinas ou

relacionamentos com seus pares apropriados ao nível do desenvolvimento;	desenvolver uma conversação;	rituais específicos e não funcionais;
c) Falta de tentativa espontânea de compartilhar prazer, interesses ou realizações com outras pessoas (por exemplo, não mostrar, trazer ou apontar objetos de interesse);	c) Uso estereotipado e repetitivo da linguagem (pode aparecer ecolalia) ou linguagem idiossincrática;	c) Maneiras motoras estereotipadas e repetitivas (por exemplo, agitar ou torcer mãos ou dedos, ou movimentos complexos de todo o corpo);
d) Falta de reciprocidade social ou emocional;	d) Falta de jogos ou brincadeiras de imitação social variada e espontâneos apropriados ao nível do desenvolvimento.	d) Preocupação persistente com partes de objetos, não atentando para aspectos relevantes do meio.

Fonte: VIEIRA e RODRIGUES (2016).

Apesar da crítica de alguns clínicos que argumentam que existem diferenças significativas entre os transtornos, entendeu-se que “não há vantagens diagnósticas ou terapêuticas na divisão e observou-se que a dificuldade em subclassificar o transtorno poderia confundir o clínico dificultando um diagnóstico apropriado”. (ARAÚJO, 2014).

Para um tratamento eficaz é necessário que haja rapidez e eficácia no diagnóstico de todo e qualquer transtorno. Um diagnóstico precoce faz toda a diferença no desenvolvimento da criança, pois quanto mais cedo se descobre o transtorno e em que grau se encontra, mais rápidas e adequadas serão as intervenções clínicas, terapêuticas e educacionais. Segundo Fábio Barbirato (2014), coordenador do Serviço de Atendimento e Psiquiatria Infantil da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, o autismo quando diagnosticado aos três anos de vida, a criança tem 80% de chances de se desenvolver com mais facilidade, aos cinco anos, 70% e acima dos cinco anos a criança já estará bastante prejudicada quanto ao seu desenvolvimento. É de fundamental importância que pais e professores - quando a criança inicia sua vida escolar precocemente, antes de um possível diagnóstico técnico -, estejam atentos aos sinais e sintomas do transtorno que foram listados mais acima. Neste sentido, considera-se que,

Métodos de educação apropriados somados a uma sociedade esclarecida seriam a ajuda essencial para que o processo de desenvolvimento do ser autista não precisasse ser tão doloroso para ele e para a sua família. (WAJNSZTEJN, 2017, p. 201).

Além disso, o adequado para crianças ditas padrão ou com alguma necessidade especial, é que sejam levadas periodicamente ao pediatra, pois o mesmo, através de uma avaliação clínica irá observar o desenvolvimento motor e cognitivo da criança e assim notar ou não alguma característica específica do transtorno encaminhando-a a especialistas para assim iniciar o processo para chegar ao diagnóstico e dar início as intervenções necessárias.

2.4 A família e a descoberta do TEA

Em se tratando do papel da família no processo de desenvolvimento da criança com TEA podemos ressaltar que, em primeiro lugar, é importante que os pais busquem conhecer o máximo sobre a síndrome para que a partir daí possam tomar as decisões necessárias de maneira a contribuir para a melhor qualidade de vida e desenvolvimento da criança.

Cuidar de uma criança com TEA exige dos pais e/ou familiares uma dose maior de atenção, carinho e paciência, pois o transtorno possui uma variante muito grande e para compreender o que a criança está tentando expressar através de seu choro, insatisfação ou até mesmo momentos de agressividade, é preciso um maior esforço por parte da família. A partir do diagnóstico tudo muda. A rotina familiar muda, as expectativas para o futuro mudam, anseios, vontades, prioridades, tudo muda. Às vezes pai ou mãe (na maioria dos casos é a mãe) precisam abrir mão de trabalho, faculdade ou outras atividades para se dedicar em tempo integral a criança, exigindo uma nova adaptação não só a rotina familiar, mas também no padrão econômico da família. Por conseguinte,

É nesse cenário que fica a cargo da mulher a paralisação da vida profissional e a manutenção das tarefas dos demais membros. A família costuma ter sua renda reduzida em razão da permanência da mulher em casa e as despesas aumentadas, já que os gastos com terapias e tratamentos específicos duram por quase toda a vida da criança. (SERRA, 2010, p. 45).

Outro fato importante é como essa família recebe o diagnóstico. Muitos pais sentem-se sozinhos e amedrontados diante desse desafio, não recebem nenhum tipo de atendimento psicológico a fim de fazer com que os mesmos compreendam melhor sobre as limitações e/ou potencialidades que a criança com TEA possui. E, muito diferente do que se possa pensar, a maneira como a família

recebe e encara essa notícia interfere diretamente no tratamento dessa criança, já que muitos, não aceitando a realidade, acabam negando a si mesmos o fato de ter um filho com necessidades especiais. Muitos pais se separam buscando um culpado pela síndrome, e a desestrutura familiar acaba afetando de certa forma o desenvolvimento de toda e qualquer criança.

Segundo Dayse Serra², professora adjunta de educação especial e inclusiva do Instituto de Educação da Universidade Federal Fluminense, não existe apoio e orientação para os pais de crianças com TEA, “[...] os grupos que existem são aqueles formados pelos próprios pais, na maioria leigos, não profissionais e que se dispõem a ajudar os outros que ainda não atravessaram o luto simbólico”, ou seja, a família necessita de ajuda para enfrentar e até mesmo aceitar a condição da criança. Para Glat (2002), por mais bem estruturada que seja a família, esse sentimento é praticamente impossível de ser evitado, pois toda a expectativa gerada pela vinda de um filho “perfeito” é desfeita e, no lugar dela, surge o medo e a insegurança pelo que está por vir. Neste sentido, constata-se que:

Quando a função de mãe é impedida, desencadeia-se o inconformismo e a depressão. Fica impotente frente ao sorriso jamais correspondido, aos bracinhos que não se estendem, ao olhar que atravessa o vazio. A não aceitação leva a buscas obsessivas por indícios de normalidade. O confronto inevitável com a realidade traz a revolta, a desorganização e a lamentação. Surge a culpa onipotente. (WAJNSZTEJN, 2017, p. 194-195).

A fundadora da Associação de Amigos do Autista (AMA), Ana Maria S. Rosa de Mello traz em seu livro “Autismo Guia Prático”, alguns passos importantes que podem ajudar a família a lidar com a descoberta do autismo, são eles: Informar-se ao máximo para entender o diagnóstico; reaprender a administrar o tempo, para organizar a vida e continuar investindo em planos em relação a si mesmo e a criança para poder oferecer todas as oportunidades necessárias para ela; saber quais são os objetivos de curto prazo para a criança e a partir daí saber o que esperar e também avaliar se a instituição escolhida atende o que se espera; por último, evite todos que acenem curas milagrosas, todos que atribuem a culpa do transtorno aos pais, todos os profissionais desinformados ou desatualizados. (MELLO, 2004, p. 17-18)

² Polêmica Revista Eletrônica, v. 9, n. 1, p. 40-56, Janeiro/Março, 2010.

Para um bom desenvolvimento dessa criança é necessário que, além de apoio, esses pais recebam orientação e entendam que seus filhos têm habilidades e competências que podem e devem ser estimuladas primeiramente em casa e depois no ambiente escolar. Além do mais, como a criança com TEA necessita de uma rotina para compreender melhor seu dia a dia, a comunicação entre a família, a escola e os demais profissionais que trabalham com essa criança é de fundamental importância para que essa rotina seja colocada em prática em sua totalidade, ajudando assim a criança a manter-se tranquila e sentindo-se segura com relação a si mesma e ao ambiente que frequenta.

2.5 Papel da escola na inclusão: o aluno com TEA

Para toda criança, dita padrão ou com alguma necessidade especial, a socialização promovida na escola é de grande significância para o seu desenvolvimento integral. A escola é o primeiro ambiente onde a criança se socializará fora do ambiente familiar. Na escola a criança aprenderá e se desenvolverá através do convívio com os colegas e professores. Para que essa criança tenha uma boa adaptação nesse novo ambiente, cabe ao professor ter uma boa dinâmica, recursos apropriados para que esse infante se sinta acolhido e seguro nesse novo ambiente que fará parte de sua rotina a partir de então. Porém, em se tratando de uma criança com TEA somente um bom acolhimento não é o suficiente, é preciso todo um planejamento de como esse processo de inclusão ocorrerá e quem será o responsável por receber esse aluno em uma sala de aula regular. Por fim, é necessário avaliar se o professor está preparado para desenvolver esse trabalho. De acordo com Oliveira (1987):

A escola, enquanto um dos organismos da sociedade é o local por excelência para o desenvolvimento do processo de transmissão – assimilação do conhecimento elaborado. Isto é: a escola é o local onde o indivíduo estaria se instrumentalizando para atuar no meio social ao qual pertence. (OLIVEIRA, 1987, p. 92).

A escola tem um papel social muito importante no desenvolvimento da criança. A partir do momento que o aprendiz é inserido no ambiente escolar, ela deixa de ser um indivíduo isolado, sozinho, para formar grupos e interagir com outros da mesma faixa etária. Portanto,

O sistema escolar, além de envolver um universo de pessoas, com características diferenciadas, inclui um mundo significativo de interações contínuas e complexas, em função dos estágios do desenvolvimento do aluno. Trata-se de um ambiente constituído por várias culturas que compreende também a construção da afetividade e preparo para viver em sociedade. (OLIVEIRA, 2000 apud DESSEN e POLONIA, 2007, p.25).

A inclusão escolar se torna uma ferramenta para que essa criança se desenvolva em várias esferas, cognitiva, emocional e social. Porém, a escola precisa ter uma equipe capacitada, estrutura física e pedagógica prontas para atender esse aluno da melhor forma, visando sempre atender as suas necessidades e nunca enfatizando apenas em suas limitações, pois cada discente possui características diferentes, ou seja, cada um aprenderá e se desenvolverá de forma diferente, exigindo do educador técnicas e métodos diferentes para trabalhar com cada um. Concorda-se que:

As definições do público alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos. (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008, p. 15).

Muitas vezes o aluno com TEA é colocado numa sala de aula regular apenas para mostrar aos pais e a sociedade em geral, que na escola acontece a inclusão, mas na prática, esse aprendiz só foi inserido fisicamente no ambiente escolar, sua inclusão não aconteceu de fato, pois nada mudará na rotina e planejamento da escola para que o discente aprenda e se desenvolva de maneira significativa. Poucos profissionais se preocupam em fazer um trabalho diferenciado para que esse aluno se desenvolva.

Esse tipo de atitude escolar não pode ser considerado inclusão e sim integração, pois o indivíduo é quem acaba tendo que se adaptar a turma e ao ambiente escolar, e apesar de estar inserido em uma sala de aula, acaba não vivendo na prática uma socialização saudável e produtiva com os demais alunos. Inclusão não se trata de medidas superficiais, mas sim de uma mudança mais profunda que atinge todos os aspectos da comunidade escolar, fazendo com que esse indivíduo seja reconhecido não pelas suas dificuldades, mas sim como um cidadão com direitos e necessidades que precisam ser atendidas juntamente com os

demais sujeitos desse contexto. Ou seja, trata-se apenas de cumprimento de protocolo, pois a inclusão, de fato, acaba não saindo do planejamento. Assim,

Pensamos que, de antemão, as mudanças educacionais exigem que se repense a prática pedagógica, tendo como eixos a Ética, a Justiça e os Direitos Humanos. Este tripé sempre sustentou o ideário educacional, mas nunca teve tanto peso e implicação como nos dias atuais. Precisamos superar os males da contemporaneidade, ultrapassando barreiras físicas, psicológicas, espaciais, temporais, culturais e, acima de tudo, garantindo o acesso irrestrito de todos aos bens e às riquezas de toda sorte, entre as quais o conhecimento. (MANTOAN, 2011, p. 60).

No ambiente escolar não deve haver exclusões e/ou exceções. Uma escola de qualidade, que seja de fato inclusiva, precisa atender as necessidades de seu público em geral, preparando-os para serem cidadãos reflexivos, capazes de aprender com as diferenças, respeitá-las e assim tornar sua comunidade mais humana, informada e inclusiva. Defende-se que

As escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, nos quais as crianças aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos ensina-se os alunos a valorizar a diferença, pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aulas, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma. (MANTOAN, 2011, p. 61).

Para garantir aos alunos com NEE um ensino de qualidade voltada para as peculiaridades específicas, faz-se necessário mudar a prática pedagógica. Todo aluno, dito padrão ou com alguma necessidade especial é capaz de aprender. Segundo Rosângela Machado, pedagoga, especializada em atividade motora adaptada, “cabe ao professor disponibilizar o melhor do ensino, as mais variadas atividades, e cabe ao aluno a liberdade de escolher a tarefa que lhe interessa”. Em se tratando do aluno com TEA, sabe-se que cada indivíduo apresenta características e interesses diferentes, cabe ao professor observar esse aluno para que através das atividades propostas esse aluno tenha sua capacidade de aprender garantida, assim como os demais alunos ditos normais. Neste sentido, concorda-se que

Hoje, o foco da escola mudou. Sua missão é atender ao aprendiz, ao usuário, ao estudante. Portanto, a escola tem um usuário específico, com necessidades especiais, que aprender, representa e utiliza o conhecimento de forma diferente e que necessita ser efetivamente atendido. Essa compreensão se fundamenta nas descobertas da ciência cognitiva e da neurociência, que reconhecem a existência de diversos tipos de mentes e, conseqüentemente, de diferentes formas de aprender, lembrar, resolver problemas, compreender ou representar algo. Compreende que nem todas as pessoas têm os mesmos interesses e as mesmas habilidades, nem todas aprendem da mesma maneira, e que é impossível aprender tudo que existe para aprender. Já que não podemos aprender tudo, é preciso fazer escolhas na vida e, para fazê-las, é necessário estar consciente e bem-informado. (MORAES, 2003 Apud MACHADO, 2011, p. 72).

Ainda, segundo Machado (2017):

Na perspectiva inclusiva e de uma escola de qualidade, os professores não podem duvidar das possibilidades de aprendizagem dos alunos, nem prever quando esses alunos irão aprender. A deficiência de um aluno também não é motivo para que o professor deixe de proporcionar-lhe o melhor das práticas de ensino e, ainda, não justifica um ensino à parte, individualizado, com atividades que discriminam e que se dizem adaptadas às possibilidades de entendimento de alguns. Ele deve partir da capacidade de aprender desses e dos demais alunos, levando em consideração a pluralidade de manifestações intelectuais". (MANTOAN e MACHADO, 2017, p. 72).

Diante do exposto, compreende-se que a escola pode tomar dois rumos diferentes, a saber: o que classifica e rotula os indivíduos como capazes e incapazes ou o que enxerga o indivíduo com necessidades especiais como uma pessoa capaz de aprender como os demais, em seu tempo e a sua maneira.

2.6 Capacitação docente: indagações e ação em sala de aula

Segundo Kafrouni (2001), algo bastante evidente é a falta de informação que os professores têm sobre o transtorno em si. Como o educador elaborará sua aula, quais recursos usará com esse aluno, se na maioria das vezes, o TEA é tão pouco conhecido pelo professor? Mais uma vez podem-se levantar suspeitas sobre o despreparo e a falta de capacitação por parte dos professores e também a irresponsabilidade, e por que não dizer, do sistema de ensino, já que não oferecem preparo por meio da formação continuada em serviço e nem incentivam esses professores a ampliarem o conhecimento sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Além disso, também há a inflexibilidade do currículo que inviabiliza o professor de colocar em prática recursos e métodos diferentes do planejado, ou seja, o aluno não é visto em sua particularidade, o mesmo método que serve para um tem que servir para todos e nós sabemos que

cada indivíduo, com necessidades especiais ou não, aprende e se desenvolve de maneiras diferentes. Por conseguinte:

A rigidez curricular/avaliativa/metodológica associa-se à inflexibilidade do currículo, dos métodos avaliativos e da metodologia em sala, que revelam uma homogeneização da população discente desconsiderando as diferenças individuais. (KAFROUNI, 2001, p. 4).

Sabe-se que o número de crianças com TEA matriculadas em escolas de ensino regular cresce a cada ano. Mas não é só isso, existem ainda aquelas crianças que chegam às escolas sem um diagnóstico, o que dificulta ainda mais o processo de inclusão, pois algumas instituições e suas equipes pedagógicas não estão preparadas para receber esse aluno. Faltam informações básicas sobre o transtorno, sobre as características que acometem o indivíduo com TEA, sobre as maneiras de intervir corretamente, enfim, falta nas escolas a compreensão de pontos cruciais para que a inclusão aconteça. O que acontece é que, na maioria das vezes, a escola prefere recusar o aluno a se preparar, incentivar a capacitação de sua equipe pedagógica para recebê-lo. A lei nº 12.764/15 que versa sobre proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista garante que,

Art. 7º, § 1

O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte salários – mínimos). Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.

Com a recusa desse aluno proibida por lei, o mesmo acaba sendo matriculado ali e a escola, que não está preparada para receber esse aluno, acaba não disponibilizando um aprendizado significativo por não saber como lidar com esse público. Assim:

A inclusão de pessoas com deficiência é fato dado e, frente à obrigatoriedade legal, não há possibilidade de recusa por parte das escolas. A partir disso, diversas dificuldades e necessidades surgem, sendo que muitas delas estão atreladas ao conhecimento das especificidades de cada sujeito incluído, de forma a tornar viável a organização da escola para atender o público em questão. (BERTAZZO, 2015, p. 34).

Quando o TEA é comprovado, havendo a necessidade de apoio nas atividades, é solicitado um acompanhante especializado para auxiliar esse aluno no cumprimento de suas atividades e rotina escolar. O que também está previsto na lei citada acima. O artigo 3º, parágrafo único, reitera “em casos de comprovada

necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do artigo 2º, terá direito a acompanhante especializado”. (BRASIL, 2012). Atualmente existem programas de formação continuada fornecidos pelo Ministério de Educação – MEC, um deles é o Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial, que oferece especialização para professores para a atuação em sala de recursos e em classes comuns. A especialização é ofertada na modalidade à distância por meio da Universidade Aberta do Brasil – UAB, e nas modalidades presencial e semipresencial pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Básica - RENAFOR. Para ter acesso ao programa, as escolas precisam apresentar um relatório da demanda de formação para as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. O relatório é encaminhado para o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente. O Fórum elabora o plano estratégico, encaminha para a gestão da Rede Nacional de Formação. O MEC, por sua vez, é responsável pela aprovação e apoio financeiro.

Existem alguns aspectos relevantes na formação do professor, dentre eles destaca-se: conhecimentos sobre o TEA e as possibilidades de ensino. Um bom exemplo a ser citado é a pesquisa desenvolvida por Joíse de Brum Bertazzo, mestre em educação pela Universidade Federal de Santa Maria – RS, que disponibilizou os conteúdos que são oferecidos em projetos de formação continuada, a saber: definição e classificação dos TEA, legislação educacional, papel da escola e do professor na vida da criança, caracterização das alterações de comportamento, socialização e comunicação no indivíduo com TEA, desenvolvimento normal de linguagem e desenvolvimento de linguagem nos TEA e, principalmente de estratégias educacionais que favoreçam o aprendizado do aluno com TEA. Sendo dentre os conteúdos citados, as questões de comunicação e comportamento as mais relevantes por serem as áreas onde o professor apresenta mais dificuldade em trabalhar com o aluno com TEA. Neste sentido, Bertazzo (2015), reitera que:

Cabe salientar, a partir disso, que, apesar da separação tradicional das áreas clínica e educacional, pela transformação que a educação precisa atualmente para atender com qualidade seus alunos, conteúdos relacionados ao desenvolvimento infantil, seja típico ou atípico, não podem ser pensados como cabíveis somente a área médica, podendo e devendo ser endereçados a quaisquer profissionais que atuam frente a crianças. (BERTAZZO, 2015, p. 42).

Além dos aspectos mencionados, vale ressaltar que existe uma infinidade de tipos de intervenção que podem ser utilizadas junto ao aluno com TEA, sendo que, antes de tudo, sejam analisadas as suas particularidades, para daí decidir qual tipo de intervenção deverá ser adotada. Uma das propostas de intervenção é a Análise Aplicada do Comportamento (ABA) que tem como objetivo ensinar ao indivíduo com TEA comportamentos e habilidades que ele ainda não apresenta. O método consiste em introduzir essas habilidades na rotina do indivíduo por etapas em todos os ambientes que frequenta, como na escola, em espaços multidisciplinares (sala de recursos) e em casa. Ao responder de maneira satisfatória, o indivíduo com TEA recebe um reforço, ou seja, acontece algo que seja agradável a ele. Esse reforço pode ser estabelecido mediante as preferências da criança.

Mediante essa infinidade de maneiras de intervir nesse processo, se faz necessário abordar essa temática trazendo à tona todas as faces do transtorno nos cursos de formação de professores. Sem uma explanação devida sobre o TEA, o professor fica de mãos atadas e não consegue desenvolver um bom trabalho com esse aluno. Ainda, segundo BERTAZZO (2015),

[...] considerando-se o imperativo da inclusão, o contexto educacional atual do Brasil, os últimos dados sobre a taxa de prevalência do transtorno e, ainda, o que trazem os estudos a respeito dos conhecimentos abordados nas formações, conhecimentos específicos sobre o TEA precisam ser ofertados na formação inicial e, quando não tiverem sido oferecidos nessa etapa, o devem ser através de cursos de formação continuada. Porém, de forma alguma, os profissionais que trabalham com os alunos em questão podem ser privados de conhecerem o transtorno, pois disso depende uma prática educacional coerente com as potencialidades e necessidades dos sujeitos com TEA e, conseqüentemente, a efetivação da sua inclusão educacional. Compreender previamente a gama de características sociocomunicativas e comportamentais que os sujeitos com TEA levam consigo ao ambiente escolar habilita os professores a estabelecerem relações entre estímulos e respostas e, portanto, favorece a realização de um trabalho mais eficaz posteriormente. (BERTAZZO, 2015, p. 47).

O professor precisa estar atento aos seus alunos, em suas características, formas de socialização. Por isso, é preciso destacar a importância da formação continuada desses profissionais. Na perspectiva da inclusão do aluno com TEA, o professor precisa se colocar como um pesquisador, a fim de conhecer melhor sobre o transtorno e como exercer da melhor forma sua função de mediador nesse processo de construção de conhecimento vivido não só pelo indivíduo com TEA,

mas também vivido por toda a escola, principalmente na sala onde está incluído esse aluno.

Incentivar a formação do professor é de fundamental importância, pois a busca por conhecimento produz mudanças significativas em sua prática pedagógica, criando assim a possibilidade de melhoria na aprendizagem de uma forma geral. Quando o professor não se dispõe a continuar aprendendo, poderá estar colocando em risco o bom desenvolvimento do discente, pois, por não conhecer bem do que se trata o transtorno, poderá pré-julgar o aluno de maneira errônea, tachando-o de incapaz, preguiçoso, desinteressado. Mas essa não é uma verdade em se tratando do aprendiz com TEA. Eles são capazes de aprender e desenvolver habilidades e competências em seu tempo e a sua maneira. Neste sentido, Maria Sartoretto (2011), assevera

Esse trabalho e essa experiência nos têm levado a concluir que investir na formação do professor é tarefa bastante complexa porque, além da fundamentação teórica, envolve o desafio da reflexão sobre a prática cotidiana e, em decorrência disso, a necessidade da mudança, fundamental para que a inclusão se efetive. O pano de fundo dessa nova postura, diante e com os alunos, deverá ser, necessariamente, o conhecimento de como o aluno aprende, a ousadia de acreditar em seus talentos, e, acima de tudo – e apesar de tudo -, o gosto de ser professor. (SARTORETTO, 2011, p. 81).

Cada vez mais o professor precisa estar preparado para atender a diversidade de alunos que chegam as salas de aula a cada novo ano letivo, precisa saber a melhor maneira de se trabalhar com o aluno com TEA para assim organizar sua rotina de aprendizagem e conseguir atender as necessidades desse aluno. Segundo Rita Vieira de Figueiredo (2011, p. 141.), pedagoga, doutora em psicopedagogia, pós-doutora em linguagem escrita e deficiência mental, “no que consiste à educação, o cotidiano da escola e da sala de aula exige que o professor seja capaz de organizar as situações de aprendizagem considerando a diversidade de seus alunos”, ou seja, o professor é o mediador que facilitará o processo de ensino – aprendizagem.

Em se tratando do aluno com TEA, que tem dificuldades na comunicação e socialização, por exemplo, o professor precisa estar apto para lidar com as diversas situações que podem acontecer durante sua aula envolvendo esse aprendiz, como por exemplo, sua socialização com os demais alunos, sua independência para a realização de algumas atividades (ir ao banheiro, beber água, lanche), a adaptação do conteúdo ministrado nas aulas, enfim, o professor deve

estar pronto para receber esse aluno, compreendê-lo, aceitá-lo e assim colaborar com o seu desenvolvimento.

Porém, como já referido, nem todas as instituições estão preparadas para receber esses alunos e desenvolver um trabalho significativo. Faz-se necessário elaborar um trabalho conjunto e levar em consideração a participação efetiva de todos os envolvidos no processo de inclusão. Para uma mudança efetiva na prática pedagógica, para que a mesma seja de fato inclusiva, é necessário fazer com que a equipe pedagógica, gestores se avaliem e revejam suas práticas acerca da inclusão.

3 METODOLOGIA

3.1 Estratégias Metodológicas

A metodologia adotada no desenvolvimento desta pesquisa foi a investigação de abordagem qualitativa. A investigação qualitativa é descritiva e tem como objetivo obter informações sobre determinado grupo e conseguir respostas para a problemática pesquisada. Salienta-se que:

O método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. (MARCONI e LAKATOS, 2011, p. 269).

Na presente pesquisa foi realizado um estudo de caso com o objetivo de analisar como o processo de inclusão de uma criança com TEA acontece em uma sala de aula de ensino regular. O estudo de caso é algo minucioso, que busca informações profundas e amplas.

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. (YIN, 2001 p. 33).

Segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 274) um estudo de caso “refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos”.

3.2 Instrumentos de coleta de dados

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas por meio de um roteiro de entrevistas. De acordo com Martins (2008):

Trata-se de uma técnica de pesquisa para coleta de dados cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente, com base nas suposições e conjecturas do pesquisador. (MARTINS, 2008, p. 27).

Os roteiros de entrevista foram elaborados mediante pesquisa bibliográfica a respeito do tema em concordância com a problemática elencada de maneira a ampliar o conhecimento sobre a questão objeto desta pesquisa. Além das entrevistas foram realizadas observações assistemáticas a fim de conhecer um pouco melhor a rotina escolar de uma criança com TEA matriculada em escola de ensino regular.

3.3 Contextualização do estudo

O campo empírico de desenvolvimento desta pesquisa foi a escola Centro Educacional Arco Íris (nome fictício), localizada na cidade de Aracaju – SE. A referida escola oferta ensino nas modalidades educação infantil e ensino fundamental menor e tem em seu quadro um quantitativo de doze alunos com necessidades educacionais especiais, sendo onze meninos e uma menina. A escolha por esta instituição ocorreu em virtude de sua localização e disposição dos profissionais em participar desta pesquisa. Destaca-se que a escola possui uma sala de recursos para atendimento educacional especial, fato que gerou interesse em buscar a equipe diretiva para que a pesquisa fosse realizada ali.

3.4 Sujeitos da pesquisa

A princípio foi escolhida a criança que participaria da pesquisa, sob o critério da disponibilidade da família e da escola em colaborar com as entrevistas e observações. A partir daí foram realizadas as entrevistas com a professora da sala de recursos, a professora da sala de aula regular, com a mãe da criança a fim de saber o ponto de vista de cada um acerca do processo de inclusão desse aluno nessa escola. Também foi entrevistada uma psicóloga especialista em Psicopedagogia Institucional e mestre em Ciências da Educação para saber sua opinião sobre como acontece o processo de inclusão de uma forma geral. Por fim, foram realizadas observações do comportamento da criança no ambiente escolar como também em sua residência, sob o critério de avaliar a forma como as pessoas ao seu redor lidam com os desafios enfrentados frente à inclusão e desenvolvimento dela. Já que, em se tratando de uma criança com TEA, em um ambiente socializador, onde ela construirá vínculos afetivos fora do seio familiar, são abertas várias possibilidades de desenvolver novas habilidades.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este tópico apresenta discussões relevantes acerca de como acontece o processo de inclusão de um aluno com TEA em uma escola de ensino regular. Através de observações realizadas no ambiente escolar e entrevistas semiestruturadas realizadas com os profissionais que estão diretamente ligados ao caso estudado e também com a família, alguns aspectos chamaram a atenção. É o que será exposto a seguir.

4.1 Perfil e identificação dos profissionais

As pessoas envolvidas no presente estudo de caso serão representadas por letras, já que seus nomes verdadeiros serão mantidos em sigilo, assim como o nome da instituição. A criança será identificada por K.A, a genitora por M, a professora da sala de aula regular por P1, a professora da sala de recursos (e também proprietária da escola) por P2 e a psicóloga por P3. Desde o começo da pesquisa em questão, houve a tentativa de uma aproximação com os demais profissionais que fazem o acompanhamento da criança fora da escola, mas a tentativa não obteve êxito. Segue abaixo a tabela contendo os dados dos profissionais entrevistados.

Tabela 1 - Distribuição da identificação pessoal e profissional dos entrevistados

P1	Feminino	Entre 35 e 45 anos	Graduada em Pedagogia
P2	Feminino	Entre 30 e 40 anos	Graduada em pedagogia e especialista em educação inclusiva, libras, AEE, ensino estruturado para autistas e psicopedagogia.
P3	Feminino	Entre 40 e 50 anos	Graduada em psicologia e especialista em psicopedagogia institucional e mestre em ciências da educação.

Fonte: Dados coletados pela autora da pesquisa.

A psicóloga entrevistada não possui nenhum vínculo profissional com a criança. A entrevista que foi realizada com esta profissional teve por finalidade levantar questionamentos sobre como deve acontecer o processo de inclusão à luz de seu conhecimento.

4.2 Maternagem: cuidados e abdicação

No que diz respeito à entrevista realizada com a genitora (M), seguindo o questionário previamente elaborado (Apêndice 1), algumas questões referentes a criança, seu diagnóstico e convivência familiar foram analisadas. A criança (K.A), de quatro anos, diagnosticada com autismo leve, é bastante tranquila, não apresenta indícios de comportamentos agressivos (pelo menos durante as entrevistas e observações não apresentou agressividade em momento algum), manifesta uma estereotipia moderada (fica batendo as mãos nas pernas somente quando fica ansioso, quando alguém que ele não conhece chega perto dele, mas se acostuma rápido com a presença dessa pessoa e para de fazer esse movimento), brinca de maneira regular com os brinquedos e sua maior dificuldade é a comunicação.

Aos seis meses de idade M percebeu que K.A não segurava a mamadeira e não balbuciava nenhum som. Como M é professora e já havia trabalhado em um berçário, a comparação entre K.A e as demais crianças foi inevitável. Ao perceber esses sinais, M imediatamente se direcionou a pediatra de K.A que a princípio pediu para que M não se precipitasse, pois K.A ainda era muito novinho. Mesmo assim, depois de muita insistência, K.A foi encaminhado para um neuropediatra, começando assim um longo caminho até o diagnóstico. K.A começou a fisioterapia aos sete meses de idade, mesmo antes do diagnóstico, para que sua coordenação motora fosse estimulada. K.A não engatinhou e só começou a andar com um ano e oito meses de idade. Nesse caso, segundo M, sua experiência como professora foi um divisor de águas para que os primeiros sinais fossem observados.

M, por já ter percebido de maneira precoce os sinais, acabou aceitando melhor o diagnóstico de autismo, mas o pai ficou apreensivo. Segundo M, o pai reagiu assim não por medo do preconceito que poderiam enfrentar, mas sim pela incerteza de como seria o futuro do filho.

Frequentemente, os pais têm a perspectiva de longo prazo; preocupam-se com o que será de seu filho ou filha com dificuldades quando adultos, pois o processo de aprendizagem das crianças com autismo, por vezes, é lento, e por isso é muito importante eleger as melhores prioridades em colaboração entre pais e a equipe que atende a criança (NNILSON, 2003 apud. SERRA, 2010, p. 47).

O pai passou por atendimento psicológico para melhorar a questão da aceitação. Ainda segundo M, o diagnóstico de K.A não é mais motivo de frustração

ou medo para o pai. Depois que K.A foi matriculado na escola, a sensação de que ele não se desenvolveria foi diminuindo gradativamente, o que, segundo Serra (2010) afirma em seu texto:

A matrícula da criança portadora de autismo na escola pode trazer alterações no seio familiar, na medida em que a criança está frequentando mais um grupo social e tendo a oportunidade de conviver com outras crianças. Os pais, por sua vez, passam a conviver com outros pais nesse novo universo e a acreditar nas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem sistemática de seus filhos. (SERRA, 2010, p. 47)

Ambos demonstram lidar muito bem com o transtorno, relatam oferecer todo suporte necessário para o desenvolvimento de K.A. Como foi citado acima, M é professora e trabalha os dois turnos. K.A estuda pela manhã e a tarde fica com a avó materna. Segundo M, toda a família lida muito bem com a situação e fazem de tudo para que K.A sinta-se amado e acolhido.

Como K.A tem uma grande dificuldade na comunicação, o quesito compreensão é bastante prejudicado, o que tem dificultado seu desfralde. Algo que tem angustiado M, pois, segundo o psicólogo que faz o acompanhamento da criança, se o desfralde não acontecer até os cinco anos de idade, não será mais possível de realizá-lo. Ela ressalta que há dois anos K.A começou a fazer uso de medicação controlada, o que tem melhorado bastante o quesito compreensão, mas com relação ao desfralde nada mudou. Neste sentido,

A alteração do desenvolvimento sensório e motor se transformam num impedimento para o aprendizado afetivo e cognitivo. A falha no adquirir a atenção conjunta pode ser considerada um dos maiores problemas no desenvolvimento da criança. (ALMEIDA apud. WAJNSZTEJN, 2017, p. 195).

M relatou que, a princípio, o uso da medicação é algo que angustia bastante os pais, pois, a criança acaba apresentando algumas características diferentes do normal, como sonolência excessiva, por exemplo.

- Alguns pais param de dar a medicação quando percebem que a criança se apresenta muito sonolenta ou apresenta outras reações. Mas até o organismo se acostumar isso é normal e logo essas reações passam e a medicação começa a surtir efeitos positivos. Quando os pais desistem e a medicação é interrompida, os pais acabam atrapalhando o desenvolvimento da criança. Como pais de uma criança autista, precisamos permanecer firmes até o fim! (M).

Com relação à socialização K.A é bastante tranquilo. Tem dificuldade para emprestar seus brinquedos. Apega-se as pessoas com muita facilidade, segundo M, K.A se apegou muito rápido a professora auxiliar. Tanto que tem medicação que M não consegue administrar e somente a professora auxiliar consegue, devido à segurança que K.A sente quando está com ela. Quando questionada sobre os profissionais que fazem o acompanhamento de K.A, M relatou que o mesmo faz tratamentos e terapias regulares e é acompanhado por: terapeuta ocupacional, psicopedagoga, professora especializada em atendimento educacional especial na sala de recursos da escola, neuropediatra, fonoaudióloga e psicólogo. M relata ainda que o plano de saúde cobre o pagamento de todos os profissionais, exceto a psicopedagoga. Ela demonstrou insatisfação ao relatar que a fonoaudióloga só atende K.A uma vez por semana, o que é muito pouco diante da dificuldade na comunicação apresentada por K.A. alguns dados de pesquisa corroboram os indicadores citados;

Aproximadamente 50% das crianças com autismo nunca desenvolvem linguagem expressiva. Há atraso na aquisição e desenvolvimento da linguagem. O maior prejuízo é observado é a dificuldade de usar a linguagem em um contexto social. Quanto mais preservada for a inteligência da criança, maiores as chances para uma melhor adaptação. (ALMEIDA apud. WAJNSZTEJN, 2017, p. 195).

Sobre sua opinião com relação ao trabalho desenvolvido pela escola, M ressalta que os profissionais têm uma comunicação muito boa entre si. Tudo que é feito é compartilhado com ela. Além disso, M faz questão de ressaltar que a proprietária da escola tem várias especializações na área de educação inclusiva e que sempre promove congressos para dividir seu conhecimento com as demais professoras da escola. M se mostra satisfeita porque a referida escola é a única do bairro que possui sala de recursos. Sabe-se que o trabalho realizado na sala de recursos é muito importante, pois oferece um suporte maior para a criança, para os professores e para a família.

O decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 que versa sobre a implantação das salas de recursos em escolas de ensino regular, garante que,

Art. 3º

O Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro às seguintes ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado, entre outras que atendam aos objetivos previstos neste Decreto: I - implantação de salas de recursos multifuncionais; II - formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; III - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva; IV - adequação arquitetônica de prédios escolares para

acessibilidade; V - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e VI - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. § 1º As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado. (BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008).

M relata ainda que, a princípio se sentiu muito insegura com relação à professora da sala de aula regular (P1), pois a mesma não tem nenhuma especialização em educação inclusiva.

No meio da entrevista M faz uma observação com relação à escola. M está bastante preocupada pelo fato de a professora auxiliar que K.A já estava tão acostumado como citado mais acima, ter sido demitida e até então não foi contratada outra para substituí-la. À medida que a escola tomou foi contar com a ajuda de outras funcionárias da casa, como por exemplo, as moças que ficam na portaria e na cantina. Uma fica auxiliando a professora das 07h00 às 09h00 e a outra fica das 09h00 às 11h00. O quê, na opinião de M tem prejudicado o desenvolvimento de K.A, que já estava evoluindo no processo de desfralde e acabou regredindo demonstrando que sente falta da antiga professora auxiliar. M relata:

- Não sei como elas (as donas da escola) deram um vacilo desse. Estudam tanto sobre autismo, sabem que um autista precisa de rotina e quando essa rotina é quebrada os prejuízos logo aparecem. Mesmo assim, sabendo de tudo isso, não tomaram nenhuma providência a respeito. E acredito que ficará do jeito que está até o final do ano. (M)

Isso é algo que realmente precisa ser repensado, pois K.A já tem bastante dificuldade para compreender comandos e a falta de uma professora auxiliar fixa tem preocupado a mãe e a professora também. M, quando questionada se faria alguma mudança com relação à escola ela diz:

- Falta um pouco de comprometimento por parte de alguns profissionais, pois K.A está no processo de desfralde e percebo que quem lida com ele diariamente (professora e antiga professora auxiliar) não está agindo como orientado pelo psicólogo e psicopedagoga. O que me deixa mais angustiada pelo fato que já citei no começo da entrevista. (M)

Quando M perguntou o porquê da demissão da professora auxiliar, as proprietárias da escola não disseram o motivo, só pediram para que ela compreendesse, pois tinham os motivos delas.

Bem, pelo discurso da genitora, perceber-se um equilíbrio entre a satisfação e a insatisfação com relação ao trabalho desenvolvido pela escola. Sua insatisfação é totalmente compreensível, pois sabe-se da necessidade de uma professora auxiliar fixa para trabalhar com uma criança autista em sala de aula. Além de ser algo previsto em lei. A lei de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, artigo 3º, parágrafo único: “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado”. A lei deixa bem claro que o acompanhante precisa ser especializado, o que não acontecia na referida escola, pois a auxiliar que foi demitida não possuía nenhum curso de especialização e as pessoas que estão em um rodízio para cuidar dele atualmente também não possuem nenhuma especialização.

4.3 Professora da sala de aula regular: tatos e contatos

Neste sub tópico serão analisados os dados coletados com a professora da sala de aula regular, que será chamada de P1. Essa entrevista teve por finalidade ouvir da professora quais são as dificuldades, desafios que precisa vencer todos os dias e como ela se sente exercendo um papel tão importante no processo de inclusão de K.A em sala de aula regular. Primeiramente P1 foi questionada acerca de sua formação. P1 é graduada em pedagogia e não possui nenhuma especialização, fato que gerou na pesquisadora curiosidade em saber como ela lidava com o fato de estar trabalhando com um aluno com autismo. Ao ser questionada sobre ter alguma dificuldade em trabalhar com o aluno em questão, P1 diz que não apresenta grandes dificuldades, que sempre está buscando, tirando dúvidas com a proprietária da instituição e afirmou que não tem interesse em fazer uma especialização. Ela falou um pouco sobre a adaptação do aluno a turma. Disse que adaptação foi tranqüila e que as outras crianças o receberam muito bem.

As atividades propostas são lúdicas e adaptadas para K.A (imagem do material no Apêndice E), usa muitas figuras e colagem. Às vezes K.A apresenta uma recusa para realizar as atividades propostas. Diante dessa recusa, P1 deixa-o a vontade e logo depois ele mesmo a procura para a realização das atividades. Não apresenta birras mesmo diante da recusa. P1 relata que K.A gosta muito de realizar

as atividades sentado no chão e diante disso ela sempre procura realizar seu trabalho de maneira que K.A sinta-se o mais a vontade possível, permitindo que K.A faça as atividades sentado no chão. Além disso, P1 utiliza uma rotina concreta, ou seja, existe na sala de aula um tipo de tabelinha com figuras que representam toda a rotina escolar, como por exemplo, figuras de um menino lanchando, fazendo atividades, tirando o material da mochila, bebendo água, pintando. Antes de qualquer atividade P1 mostra a figura respectiva do que vai acontecer no momento. P1 relata que sempre precisa reforçar e estimular K.A para que ele solicite algo que quer. Como ele ainda usa fraldas, nunca solicita a ida ao banheiro.

Sobre o trabalho realizado na sala de recursos, P1 narra que gosta muito, pois, sempre recebe dicas de como trabalhar a rotina do aluno em sala de aula. Ela relata também que, com relação aos demais profissionais que fazem parte do acompanhamento de K.A, mantém contato somente com a professora da sala de recursos e com a psicopedagoga. P1 ressalta que ambas as profissionais sempre colaboram dando dicas e formas de desenvolver um trabalho eficaz com o aluno. Quando questionada sobre a contribuição da família para o desenvolvimento do aluno, P1 diz:

- Na teoria existe a colaboração, uma comunicação, porém na prática não é assim. Percebo que ele progride bem durante a semana, porém na segunda o aluno apresenta uma regressão. Sinalizando que em casa os pais não reforçam os comportamentos aprendidos. Na prática é bem diferente. (P1)

A família do aluno especial é a principal responsável pelas ações do seu filho com necessidades especiais, visto que é ela quem lhe oferece a primeira formação. Na integração/inclusão escolar, o aluno com apoio dos profissionais e da família, poderá adquirir competências ainda maiores, se tiver um envolvimento como a "parceria". (TANAKA, 2010, p. 115)

Durante a entrevista, P1 se mostra bastante estressada, apresentando sinais de choro e reclamando bastante dizendo que *"não está dando conta"*. Apresenta-se desestimulada, pois está trabalhando praticamente sozinha com K.A, já que a professora auxiliar havia sido demitida e que até o momento da escrita dessa análise ainda não tinham contratado outra auxiliar, como já foi citado na entrevista anterior.

O exercício da profissão de professor, em alguns momentos pode ser bastante estressante e, a cada dia que passa, o número de professores que sofrem de estresse só aumenta. Estes profissionais sentem-se sobrecarregados, desgastados física e emocionalmente, são pressionados e muitas vezes

desvalorizados mediante a uma demanda escolar cada vez mais exaustiva. E isso não é diferente para com os professores que estão frente à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Todos os fatores citados acima desencadeiam um leque de sentimentos que levam esses profissionais até mesmo a desistirem da docência. É importante citar também que, além dos fatores citados acima, ainda existe outro fator que pode causar stress no professor, a saber: as experiências internas de cada um. Cada um vivencia e internaliza suas experiências pessoais de forma diferente e nem todo mundo consegue lidar bem com pressões, cobranças e até mesmo condições de trabalho desfavoráveis, como a que P1 está vivenciando com a falta de uma professora auxiliar fixa. Segundo Naujorks (2002):

A docência é, segundo apontam alguns pesquisadores, uma das profissões que mais causa desgaste emocional e stress. Este trabalho que poderia ser uma fonte de realização pessoal e profissional torna-se penoso, frustrante e todas as situações novas que poderiam servir como uma motivação passam a ser uma ameaça temida e, portanto, evitada. Os mecanismos de defesa psicológica surgem como uma estratégia natural do próprio organismo que se resguarda das adversidades. Quando o indivíduo está “armado” utilizando em sua defesa estes mecanismos, muito pouco de crescimento pode ocorrer e o diálogo difícil de ser efetivado colocando em risco muitas situações que poderiam se converter em verdadeiras fontes de aprendizado e trocas para todos. Algumas vezes esta complexidade vivenciada pelo professor dificulta o processo de mediação na produção e apropriação dos conhecimentos dos alunos contribuindo para a exclusão e não inclusão dos mesmos como desejamos. (NAUJORKS, 2002, p. 2).

Quando questionada se já havia transmitido essa angústia à proprietária da escola, P1 diz que não e que não pretende tocar nesse assunto com ela e completa: “Preciso desse emprego!”. Depois desse desabafo P1 muda rapidamente de assunto. Voltando ao tema desenvolvimento do aluno, P1 relata que já havia sido professora de K.A quando ele tinha dois anos, quando entrou na escola. Ela diz:

- Comparando ele agora com o ano que entrou na escola observei uma regressão na comunicação e autonomia. Por exemplo, antes ele lanchava sozinho, sinalizava quando queria beber água e agora, com quase cinco anos, não faz nada disso sozinho. Na hora do lanche tenho que dar a comida na boca dele e sempre estou oferecendo água já que ele não pede mais. (P1)

P1 diz que não sabe o que está acontecendo para essa regressão, acredita que possa ser uma falha do estímulo dado em casa.

Diante do relato de P1 percebe-se uma insatisfação com relação à cobrança da mãe, pois acredita que M cobra muito dela, mas não pratica em casa o que cobra. Relata também que M e o companheiro trabalham em tempo integral e

que no período da tarde K.A fica com a avó materna. P1 acredita que essa ausência dos pais durante a semana prejudica um pouco o avanço de K.A em aspectos referentes ao desenvolvimento de sua autonomia. Como já citado por P1, K.A começou a desenvolver habilidades como sinalizar quando quer beber água ou mesmo ir ao banheiro, lanchar sozinho. P1 relata que agora ouve um retrocesso nesses aspectos.

4.4 Sala de recursos: avanços e desafios profissionais

Continuando a análise dos dados coletados, será analisada agora a entrevista realizada com a professora da sala de recursos da instituição que será mencionada pela sigla P2. As salas de recursos multifuncionais são ambientes lúdicos equipados com mobiliários e materiais pedagógicos com o intuito de realizar atividades específicas para o atendimento às diversas necessidades educacionais especiais dos alunos. Antes de tudo P2 foi questionada sobre a adaptação do aluno a escola. P2 respondeu que K.A se adaptou bem devido a preocupação que tiveram em trabalhar sua rotina de maneira concreta. Com relação aos métodos utilizados com o aluno, P2 ressalta:

- Não utilizamos nenhum método específico. A metodologia adotada pela escola, a sociointeracionista, já favorece a inclusão, pois dá autonomia ao professor para trabalhar de diversas formas. (P2)

Quando questionada sobre como K.A se comporta no momento das atividades realizadas na sala de recursos P2 diz que no início foi difícil, pois as atividades têm um objetivo e ele não queria realizar as atividades como era orientado, apresentava certa rejeição. Mas hoje ele já compreende que precisa fazer as atividades, faz sem nenhuma rejeição. P2 ressalta:

- Mesmo diante da rejeição nunca apresentou nenhum comportamento agressivo, nem birras. Como as atividades são planejadas visando o lúdico, aos poucos consegui chamar a atenção dele. (P2)

P2 é graduada em pedagogia e tem especializações em educação inclusiva, libras, atendimento educacional especial, ensino estruturado para autistas e psicopedagogia. A entrevistada faz questão de ressaltar que a especialização é muito importante. Uma especialização abre novas oportunidades de se trabalhar com a criança que possui alguma necessidade educacional especial.

- O conhecimento nos dá uma visão mais crítica sobre o assunto. É importante uma constante busca pelo conhecimento, pois a cada dia os casos de crianças especiais matriculadas em escolas de ensino regular tem aumentado. E a cada dia um novo transtorno é descoberto, novas informações são descobertas. (P2)

Além de ser professora da sala de recursos, P2 é proprietária da escola. Sendo assim, ela foi questionada sobre a falta de especialização da professora da sala de aula regular que trabalha com K.A. Ela diz:

- Não posso exigir dela uma especialização. Uma especialização requer disponibilidade financeira e de tempo também. Não é uma tarefa tão simples convencer o professor a buscar uma especialização. (P2)

Uma das maiores dificuldades em se trabalhar com crianças autistas em escolas de ensino regular é justamente a falta de especialização dos professores. Bertazzo (2015), considera que,

Além disso, é preciso que os profissionais conheçam uma ampla gama de possibilidade de intervenção junto a esses alunos para que, em consonância com os conhecimentos sobre suas peculiaridades e avaliação de cada caso, possam escolher o tipo de abordagem que julgarem mais adequado. Sendo assim, percebe-se a necessidade de se abordarem as características do TEA na sua totalidade nos cursos de formação de professores, além de permitir discussões sobre as implicações dessas nos diferentes contextos em que a pessoa com TEA está inserida e que favorecem ou não sua aprendizagem (BOSA, 2006. Apud. BERTAZZO, 2015, p. 47).

De fato, a maior dificuldade relatada tanto por P1, como por P2 é a questão da comunicação. P2 tem uma maior facilidade devido às especializações que possui na área de educação especial. Como citado na entrevista anterior, P1 relata que não possui grandes dificuldades devido à ajuda que P2 disponibiliza a ela.

Com relação à comunicação dela com os demais profissionais que atuam no atendimento de K.A, P2 diz que sempre mantém contato, exceto com a fonoaudióloga. Ela diz que a fonoaudióloga poderia dar um suporte maior a escola, pois a comunicação é a maior barreira enfrentada pelo aluno. Ela ainda ressalta a importância do atendimento multidisciplinar e a comunicação entre os profissionais que atuam no atendimento da criança autista. Compreende-se que

Um acompanhamento multidisciplinar (Fonoterapia, Psicoterapia, Terapia ocupacional, Musicoterapia, Equoterapia, acompanhamento médico, entre outros) associado a um tratamento medicamentoso (quando necessário devido ao quadro clínico de cada paciente individualmente) e a um

diagnóstico precoce, favorece, e muito, o prognóstico desses pacientes. (ALMEIDA. WAJNSZTEJN, 2017, p. 199).

Através desse trabalho e dessa comunicação, todo o trabalho desenvolvido para o aluno irá atendê-lo nas esferas que fazem parte da sua rotina. Por isso, além de uma boa interação com a equipe multidisciplinar, é importante também uma boa interação e comunicação com a família da criança. Sobre esse aspecto, P2 ressalta que:

- O primeiro passo para um bom desenvolvimento da criança é a aceitação por parte da família, pois o fato de não reconhecer que a deficiência atrapalha e muito o processo de inclusão e desenvolvimento do indivíduo. O segundo passo é essa parceria entre família – escola, os pais precisam acreditar no trabalho desenvolvido pela escola. Os pais quando assumem essa necessidade que o filho especial tem as coisas fluem, eles passam a acreditar que o filho é capaz sim de aprender. Tudo parte da aceitação. Os pais e a escola não podem parar de investir, de estimular, de acreditar. É necessário perceber a demanda da criança e ir atrás do melhor para ela. (P2)

Quando questionada sobre a importância do trabalho desenvolvido na sala de recursos a entrevistada respondeu de modo enfático:

- Em uma escola que se denomina inclusiva é primordial o trabalho realizado na sala de recursos. Pois o ambiente da sala de recursos é muito rico, muito lúdico e isso favorece a inclusão. Tudo é planejado em cima do conteúdo dado na sala de aula regular (foto do material adaptado no apêndice F). Na sala de recursos os comportamentos adequados são reforçados e estimulados. Não é uma banca, é um suporte ao ensino regular. É um ambiente de mediação, onde é dado um suporte para o professor da sala de aula regular e para a família também. (P2)

Na visão de proprietária da escola, P2 diz que às vezes sente-se sobrecarregada e preocupada devido a quantidade de pais de crianças com algum tipo de transtorno ou dificuldade de aprendizagem que procuram a escola pelo fato dela ser a única no bairro que oferece esse suporte. Ele relata da seguinte forma:

- Alguns pais chegam aqui com o discurso de que foi em determinada escola e lá dizem que aqui é melhor para o filho porque tem a sala de recursos e só nós trabalhamos assim. Isso me deixa muito preocupada devido a demanda aumentar demais e não conseguirmos realizar um bom trabalho. (P2)

Ou seja, nem toda escola está disposta a investir em inclusão. P2 completa afirmando:

- Essa é a maneira que encontram para negar a matrícula dessa criança de forma 'educada' e que não os comprometa judicialmente. Ser uma escola inclusiva dá trabalho. Requer investimento financeiro, requer uma busca constante por conhecimento e nem todo gestor está disposto a investir. "Isso sobrecarrega a escola enquanto as outras tiram de suas costas a responsabilidade com esse aluno especial. A inclusão é uma responsabilidade de todos, de toda a sociedade. (P2)

A entrevistada relata ainda que, além de atender em sua escola, trabalha em uma escola municipal. Algo que a deixa bastante angustiada é a falta de sensibilidade de alguns profissionais dessa escola para compreender o porquê da criança especial agir de determinada forma.

- Às vezes taxam as crianças como preguiçosas, mal educadas, incapazes de aprender. Falta conhecimento por parte dos professores, falta vontade de buscar entender a melhor forma de se trabalhar com elas. Falta comprometimento em fazer o melhor para elas. Eu digo e repito, não tem como desenvolver um bom trabalho com crianças especiais sem no mínimo uma especialização na área. (P2)

A professora encerra a entrevista dizendo:

- Em se tratando de educação inclusiva, ainda existem algumas barreiras a serem vencidas, mas a maior delas com certeza é a barreira atitudinal. A inclusão depende totalmente da vontade e dedicação do profissional envolvido nesse processo. (P2)

Diante de tudo o que foi dito pela entrevistada, pode-se ter uma ideia de que o processo de inclusão é mais complexo do que se imagina. Tratar da inclusão de uma criança com autismo em sala de aula regular requer investimento financeiro, tempo, dedicação. Se faz necessário também saber lidar com os profissionais que não encaram esse processo com a mesma dedicação e com o mesmo querer de ver fluir o trabalho realizado. Se trata de um caminho longo a ser percorrido. Caminho trilhado a base de muito esforço e entendimento da importância desse trabalho na vida do outro, nesse caso, o aluno com autismo.

4.5 Entrevista com a psicóloga

Continuando com a análise de dados, a entrevista apresentada agora foi realizada com uma psicóloga que será chamada de P3. P3 não tem nenhum vínculo com K.A e seu atendimento, P3 foi entrevistada a fim de contribuir através de seu olhar o que é e como tem acontecido a inclusão no sistema educacional.

P3 tem Bacharelado e licenciatura em Psicologia, é Especialista em Psicopedagogia Institucional e Mestre em Ciências da Educação. Além de atuar como psicóloga, atua como docente no curso de formação de professores em uma instituição de ensino superior. Mediante sua atuação como formadora de profissionais da área de educação, P3 foi questionada a respeito da importância da capacitação, da formação continuada do professor para melhor entender os transtornos e síndromes que acometem crianças e adolescentes, e por consequência trabalhar de melhor forma com esse público, ela respondeu:

- Ao vivenciar capacitações continuadas o professor tem condições de observar melhor os seus alunos e criar estratégias pedagógicas que minimizam as dificuldades e fortalecem a aprendizagem. (P3)

P3 também destaca o que a falta dessa especialização do professor pode acarretar no desenvolvimento da criança com necessidades educacionais especiais.

Analisa que

- A falta dessa especialização pode dificultar o processo de aprendizagem do aluno uma vez que, o professor não está habilitado para trabalhar com esta clientela. (P3)

De fato, é observado que, quando se trata do atendimento educacional especial, da inclusão de uma criança com alguma necessidade educacional especial numa escola de ensino regular, a questão da especialização do professor é um fator imprescindível para o bom desenvolvimento desse aluno. Segundo Sartoretto e Mantoan (2011),

O argumento do despreparo dos professores não pode continuar sendo *álibi* para impedir a inclusão escolar de pessoas com deficiência. Se não estamos preparados, precisamos urgentemente nos preparar. Formar professores para essa escola significa formar para atuar com o múltiplo, com o heterogêneo, com o inesperado mudando nossa maneira de planejar, de ministrar as aulas, de avaliar, de pensar a gestão da escola e das relações dos professores com seus alunos. (SARTORETTO e MANTOAN, 2011, p. 79).

Sobre a importância da contribuição da família no processo de inclusão e desenvolvimento da criança autista, P3 ressalta a importância dessa parceria entre a família e os profissionais que fazem parte desse processo. Ela afirma:

- A família constitui-se como a instituição capaz de inserir o sujeito no processo social, logo é através dela que o sujeito vai adquirir os primeiros conhecimentos e preceitos sociais. Portanto, a família tem um papel primordial na vida do sujeito. No que diz respeito ao processo de inclusão da criança com espectro autista, é função da família viabilizar tratamento,

acompanhar e participar de todo o processo clínico e educacional. É a partir do apoio e envolvimento da família, que o sujeito com limitações intelectuais irá fortalecendo sua autoestima, quebrando barreiras e criando novos paradigmas. (P3)

De fato, essa interação entre família e profissionais que atuam em todo esse processo, se faz necessária e é fundamental para o bom desenvolvimento da criança com autismo. Portanto, considera-se que

A família pode colaborar de maneira muito especial para o desenvolvimento da criança portadora de autismo na escola, principalmente fornecendo aos profissionais informações sobre as formas de comunicação da criança. Havendo pelo menos uma forma de comunicação utilizada pela criança, outras podem ser desenvolvidas (PETEERS apud SERRA, 2010, p. 46-47).

P3 ressalta também a relevância que a interação entre os profissionais responsáveis pelo atendimento de crianças com autismo tem. Reconhece que

- É essencial para a evolução do tratamento. Todos os profissionais envolvidos no processo e no tratamento devem estar numa mesma sintonia, trocando informações, elaborando planos de trabalho conjuntamente e mantendo contatos freqüentes com a escola e com o professor para avaliarem a evolução e/ou regressão do aluno. (P3)

Nesse aspecto, P3 e P2 concordam, pois ambas acreditam que não existe a possibilidade de se desenvolver um bom plano de ação pedagógica para o aluno autista sem um diálogo freqüente entre esses profissionais. P3 faz questão de reforçar também que é muito importante ter um diagnóstico precoce para o bom desenvolvimento desse aluno. Segundo ALMEIDA. WAJNSZTEJN, 2017, p. 199, um diagnóstico precoce, favorece, e muito, o prognóstico desses pacientes. P3 diz:

- A partir do diagnóstico precoce família, escola e sociedade passam a ter condições de conhecer melhor as prováveis limitações desses sujeitos, instrumentalizarem-se e criarem mecanismos para minimizarem e/ou solucionarem as suas problemáticas. (P3)

Mediante a entrevista realizada com P1, observando seu nível de estresse, se fez necessário ouvir de P3 seu ponto de vista como psicóloga. Ao ser questionada a respeito do estresse que acomete professores que estão frente ao processo de inclusão ela diz:

- O estresse torna-se comum em virtude da sensação de incapacidade, frustração e necessidade de fazer algo e às vezes não saber o que. Cabe aos educadores, se instrumentalizarem para poder minimizar o nível de estresse conscientizando-se que não existem fórmulas prontas. Convencer-se que, o essencial é criar estratégias à partir da realidade de cada aluno e ser flexível consigo mesmo. (P3)

Ou seja, P3 acredita que o fato de um professor que está frente a esse processo tão complexo não buscar se instrumentalizar, se especializar, corre um grande risco de se frustrar, se cobrar por não estar conseguindo fazer com que seu aluno se desenvolva e como consequência vem o estresse, a sensação de não estar conseguindo desenvolver um bom trabalho.

Por último, P3 respondeu uma pergunta referente ao processo de inclusão num contexto geral no atual cenário da educação. P3 respondeu:

- A inclusão educacional tornou-se uma conquista significativa para os alunos que apresentam dificuldades e/ou transtornos intelectuais. Na teoria, sabemos que a Lei de diretrizes e bases da educação respalda os direitos desses alunos, porém, verificamos, que na prática infelizmente ainda vivenciamos uma inclusão pautada na exclusão. As escolas recebem o aluno, mas, no entanto, não apresentam uma proposta pedagógica que viabilize sua aprendizagem. Professores por não apresentar qualificação para trabalhar com esses alunos acabam segregando-os e fingindo que estão trabalhando o seu processo de aprendizagem. Vale salientar que não podemos e não devemos generalizar que todas as escolas agem dessa forma. Existem escolas comprometidas com a causa e vem criando espaços de trabalho e de conhecimento que incentivam e despertam a aprendizagem, o processo social e criativo desses alunos. (P3)

Há de se concordar com seu posicionamento com relação a esse questionamento. Durante as entrevistas realizadas foi possível notar um esforço por parte da gestão da escola analisada para desenvolver um bom trabalho com o aluno em questão. Porém, muitos professores e gestores ainda não compreenderam o tamanho da responsabilidade que lhes compete e acabam negligenciando alguns aspectos referentes à inclusão do aluno com NEE nas classes regulares de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar e observar de maneira minuciosa a rotina escolar e familiar de uma criança com TEA chega-se a conclusão de que os desafios a serem enfrentados ainda estão longe de serem vencidos. Em se tratando da pesquisa em questão nota-se, por meio dos depoimentos obtidos, um esforço por parte da família e da gestão escolar em cumprir a demanda do referido aluno. Constata-se que são vários os desafios concernentes à inclusão, mas destaca-se dentre eles o não cumprimento de alguns tópicos garantidos por lei, a exemplo de: garantia à matrícula e a garantia de um acompanhante especializado. Como citado no corpo do texto, a gestora da escola analisada se diz sobrecarregada por causa da demanda de alunos com necessidades educacionais especiais matriculadas na instituição. O que comprova a negligência no cumprimento da lei pelas demais instituições localizadas no mesmo bairro. Sobre a falta de uma professora auxiliar, até a conclusão desta pesquisa, ainda não tinham contratado outra auxiliar de maneira a proporcionar atenção um pouco mais adequada às crianças que dela necessitam. Fato que também contraria o que está determinado em lei.

Mediante estes aspectos podemos perceber uma falha dos órgãos fiscalizadores e até mesmo a falta de posicionamento por parte dos familiares em procurar saber como está sendo realizado o trabalho na escola, de perguntar se o problema existente foi solucionado ou até mesmo denunciar a escola caso a lei não esteja sendo cumprida.

Conforme citado por um dos entrevistados, receber um aluno com necessidades educacionais especiais requer investimento financeiro e profissional e nem todos os gestores estão dispostos a fazê-lo. Convencer um professor a buscar uma especialização não é uma tarefa simples. Muitos alegam não ter condições financeiras, já outros dizem não ter interesse. É o que relata a professora entrevistada. A busca por uma especialização enriquece e facilita o exercer da docência em todos os aspectos. A consequência da falta de um conhecimento mais aprofundado sobre o referido transtorno acarretará em aulas planejadas de forma inadequada, que acabam não atendendo às necessidades da criança com autismo.

Conclui-se que, de fato, ainda existem algumas barreiras a serem enfrentadas para que a inclusão escolar aconteça como está prevista na legislação nacional e internacional vigente. Como contribuição, esta pesquisa constata quão

imperativo é desenvolver um trabalho de conscientização dos professores, para que os mesmos compreendam a importância de buscar uma especialização para a área específica de atuação. Diante do que foi escrito, finalizada a pesquisa, espera-se que ela venha a contribuir de alguma forma para a melhoria do atendimento à criança com autismo nas escolas. O gestor não pode exigir do professor que ele se especialize, mas pode incentivá-lo para tal. Ressaltando que, o professor é o principal condutor de todo esse processo. Portanto, o professor precisa estar atento a todo novo comportamento apresentado pelo aluno e suas possíveis intervenções.

Considera-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois mediante as entrevistas realizadas, foi possível ter uma perspectiva de como tem acontecido o processo de inclusão do aluno com autismo dentro dos muros da escola.

A docência se faz do olhar dedicado aos mínimos detalhes do que ocorre na escola e, em especial, dentro da sala de aula. Em se tratando da criança com autismo, algo aparentemente pequeno e fácil de ser solucionado, torna-se uma barreira muito grande para que ela enfrente sozinha. Por isso a importância de um trabalho realizado enxergando cada criança, dita normal ou não, em todos os aspectos que as tornam únicas em suas particularidades e necessidades a serem supridas. Já dizia a professora Iracema Furtado Soares de Meireles (2012), criadora de um importante método de alfabetização, que a criança é um livro imenso e belo. Precisamos lê-lo, interpretá-lo, para daí escrever nele e por fim aprender com ele. Sobretudo, cabe ao professor o empenho e o discernimento de tão importante propósito.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Álvaro Cabral; NETO, Francisco Lotufo. A nova classificação americana para os transtornos mentais - o DMS-5. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, vol.16, n.1, São Paulo abr. 2014.

BENITES, Karolaine Ferraz; MOURAD, Emme Boufleur. Educação e Inclusão Educacional. **Revista Magsul de Educação da Fronteira**, Faculdades Magsul, v.3, n.1, pág. 39-43, Outubro, 2017.

BERTAZZO, Joíse de Brum. **Formação profissional para a atuação educacional com pessoas com transtorno do espectro autista**. pp. 33 – 52. Santa Maria, RS, 2015.

BORSA, Juliane Callergaro. O papel da escola no processo de socialização infantil. **Portal dos Psicólogos**, Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <http://www.psicologia.com.pt/>. Acesso em: 10/05/2018.

BRANDÃO, Maria Teresa; FERREIRA, Marco. Inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais na Educação Infantil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 4, p. 487-502, Out. – Dez. Marília, 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do Art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 23 de setembro de 2018.

BRASIL. **Decreto n. 7.611**, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: . Acesso em: 17 de agosto de 2018.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Portaria nº 948/2007, de 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acesso em: 15 de abril de 2018.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 17 de agosto de 2018.

CARVALHO, Regiane de. Inclusão e escolarização de alunos autistas. **Pedagogia em ação**, v. 1, n. 1, p. 1-141, Jan. / Jun. 2009 – Semestral.

CRUZ, Araci Oliveira da; et all. **Pesquisa Prática Pedagógica III – Iracema Meireles**. Nova Revista Pedagógica. Junho de 2012.

Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A Família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Brasília.2007.

FERREIRA, Izabel Neves. **Caminhos do aprender**: uma alternativa educacional para a criança portadora de deficiência mental. Brasília: Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1993. 162 p.

FILHO, Antônio Luiz Martins Maia. NOGUEIRA, Louyse Amanda Nascimento. SILVA, Kamila Cristiane de Oliveira. SANTIAGO, Roberta Fortes. A importância da família no cuidado da criança autista. **Revista Saúde em Foco**, Faculdade Santo Agostinho, Teresina, PI, v. 3, n.1, art. 1, p. 66-83, jan/jun. 2016.

KAFROUNI, Roberta; PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. **A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e os impasses frente à capacitação dos profissionais da educação básica**: um estudo de caso. Projeto Licenciar, v.5, pág. 1-8, Curitiba, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MACEDO, Leonarda C.. DEWEY, John. Experiência e educação. 3 Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. Disponível em <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/john-dewey-307892.shtml>. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

MACHADO, Rosângela. SARTORETTO, Mara Lúcia. CUNHA, Patrícia. In MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011, p. 60-88

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: Guia Prático**. 4ª Ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2004.

MORAES, Maria Cândida (2003). O **paradigma educacional emergente**. 9. Ed. Campinas: Papirus.

NAUJORKS, Maria Inês. Stress e Inclusão: indicadores de stress em professores frente à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Educação Especial**, n. 20, 2002.

OLIVEIRA, Betty A. DUARTE, Newton. **Sociologia do Saber Escolar**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 1987.

Sabará Hospital Infantil. Médicos e Pais enfatizam importância do diagnóstico precoce do autismo. Disponível em:

<<http://autismo.institutopensi.org.br/noticias/medicos-e-pais-enfatizam-importancia-do-diagnostico-precoce-do-autismo/>>. Acesso em 15 de abril de 2018.

Sabará Hospital Infantil. Autismo: Diagnóstico precoce é fundamental para estimular crianças na comunicação e socialização. Disponível em: <http://autismo.institutopensi.org.br/noticias/autismo-diagnostico-precoce-e-fundamental-para-estimular-criancas-na-comunicacao-e-socializacao/>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

Sabará Hospital Infantil. História do autismo. Disponível em: <https://autismo.institutopensi.org.br/informe-se/sobre-o-autismo/historia-do-autismo/> . Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

SANTOS, Aline de Oliveira. **Autismo infantil e as técnicas psicoeducacionais**. Faculdade de Ciências da Saúde e Educação – Faces Curso de Psicologia. Brasília-DF. Julho de 2009.

SERRA, Dayse. Autismo, família e inclusão. **Polêmica Revista Eletrônica**, v. 9, n. 1, p. 40-56, Janeiro/Março 2010.

TANAKA, L. M. **Contos de fadas frente à Inclusão Escolar: A construção da imagem simbólica coletiva**. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

VIEIRA, Luciene Batista; RODRIGUES, Elaine Aparecida Fernandes – A Inclusão Escolar Do Aluno Autista: As Contribuições Das Aulas De Educação Física. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo Do Conhecimento**, ANO 1. VOL. 10, PP. 154-171. Novembro de 2016.

WAJNSZTEJN, Alessandra Bernardes Caturani. WAJNSZTEJN, Rubens. **Dificuldades escolares: um desafio superável**. 3ª edição, p. 189-202. São Paulo: Editora Pampaideia, 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNCICES

APÊNDICE A – Questionário direcionado a mãe da criança

- 1- Como foi para a família receber o diagnóstico de autismo?
- 2- Com que idade foram percebidos os primeiros sinais que serviram de alerta para a busca de um especialista?
- 3- Com que idade se deu o diagnóstico médico?
- 4- Ele faz uso de algum medicamento?
- 5- Sobre a comunicação e o relacionamento com as pessoas que convivem com ele, o que você tem a dizer?
- 6- Apresenta alguma estereotíпия ou momentos de agressividade contra si mesmo ou contra outros?
- 7- Quais são os profissionais que fazem o acompanhamento do tratamento dele?
- 8- Ele pratica alguma atividade extraclasse? Se sim, quais são?
- 9- Como é o relacionamento dele com os profissionais que atuam no desenvolvimento dessas atividades?
- 10- Quais as principais necessidades e potencialidades?
- 11- Qual a sua opinião sobre o trabalho desenvolvido pela escola em conjunto com a professora e sala de recursos?
- 12- Gostaria que algo fosse mudado ou acrescentado ao trabalho desenvolvido na escola?
- 13- Fale um pouco sobre a sua expectativa sobre o desenvolvimento dele, já que além de mãe, também tem um olhar diferenciado a respeito da rotina escolar por ser professora.

APÊNDICE B – Questionário direcionado a professora da sala de aula regular

- 1- Qual a sua formação? Você tem alguma especialização em atendimento educacional especial? Se não, acha que está tendo dificuldade em trabalhar com o aluno em questão?
- 2- Como foi a adaptação do aluno a turma? Como foi recebido pelos colegas?
- 3- Quais os tipos de atividades propostas?
- 4- Quais os métodos utilizados com o aluno (ABBA, PEC'S, TEACHERS)?
- 5- Como o aluno se comporta no momento das atividades?
- 6- Diante de uma possível recusa em participar da rotina da sala, qual a iniciativa é tomada? Deixa ele a vontade ou busca meios de fazer com que ele participe?
- 7- A ludicidade tem relevância para o bom aproveitamento das atividades e por consequência você nota que o interesse dele é aguçado?
- 8- Existe algo que gostaria de mudar na metodologia aplicada ao aluno? Se sim, quais seriam essas mudanças?
- 9- Fale um pouco sobre a intervenção realizada na sala de recursos.
- 10- Você mantém contato com os demais profissionais responsáveis pelo tratamento do aluno?
- 11- Fale um pouco sobre o papel da família no processo de inclusão e desenvolvimento do aluno.

APÊNDICE C – Questionário direcionado a professora da sala de recursos

- 1- Como foi a adaptação do aluno ao ambiente da sala de recursos?
- 2- Quais são os métodos utilizados com o aluno?
- 3- Quais os tipos de atividades propostas?
- 4- Como o aluno se comporta no momento das atividades?
- 5- A ludicidade tem relevância para o bom aproveitamento das atividades propostas e por consequência você nota que o interesse pela atividade é aguçado?
- 6- Diante de uma possível recusa em participar da rotina proposta, qual iniciativa é tomada?
- 7- Quais especializações na área de educação especial você tem?
- 8- Você mantém contato com os demais profissionais responsáveis pelo atendimento da criança?
- 9- Você acredita que é fundamental uma interação entre esses profissionais para o sucesso do tratamento proposto?
- 10- Fale um pouco sobre o processo de intervenção realizado na sala de recursos para o desenvolvimento do aluno.
- 11- Você acha que o professor da sala de aula regular precisa buscar algum tipo de especialização em atendimento a criança especial para desenvolver de melhor forma seu papel no desenvolvimento do aluno com autismo?
- 12- Fale um pouco sobre o papel da família no processo de inclusão e desenvolvimento do aluno autista.
- 13- Fale um pouco sobre a inclusão num aspecto geral.

APÊNDICE D – Questionário direcionado a psicóloga

1- Qual a sua formação?

2-Quais especializações tem?

3- Fale um pouco sobre a importância da capacitação do professor para melhor entender os transtornos e síndromes que acometem crianças e adolescentes.

4-No que a falta de especialização do professor pode acarretar no desenvolvimento da criança com necessidades educacionais especiais?

5-Fale um pouco sobre o papel da família no processo de inclusão e desenvolvimento da criança com TEA.

6-Fale um pouco sobre o processo de inclusão num contexto geral no atual cenário da educação.

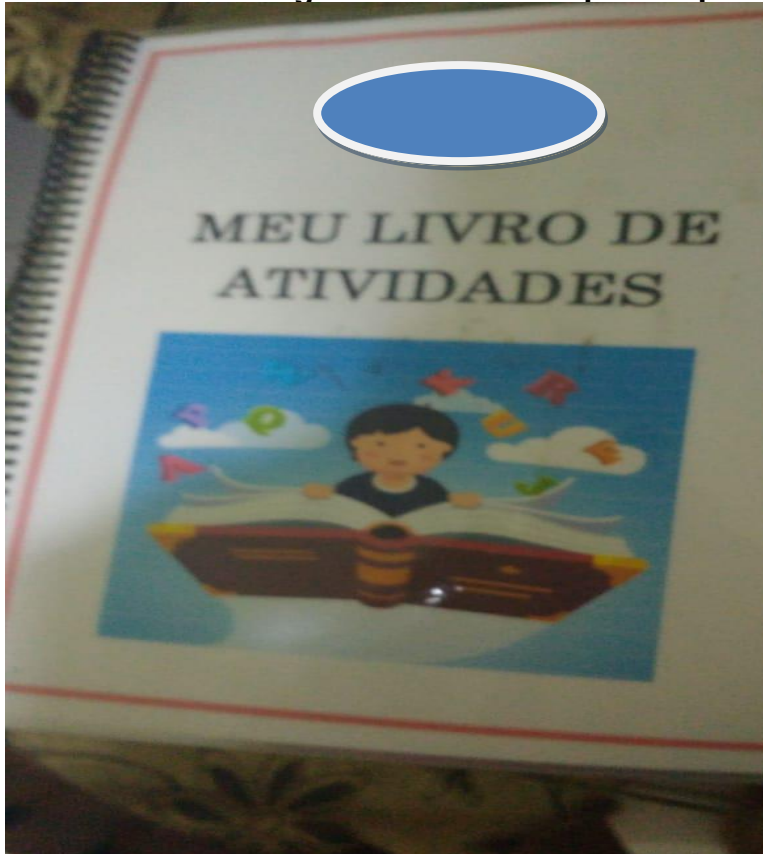
7-Fale um pouco sobre como o professor deve proceder ao notar alguma característica no aluno que ainda não tem um diagnóstico.

8-Fale um pouco sobre a importância da interação entre todos os profissionais responsáveis pelo atendimento da criança com TEA.

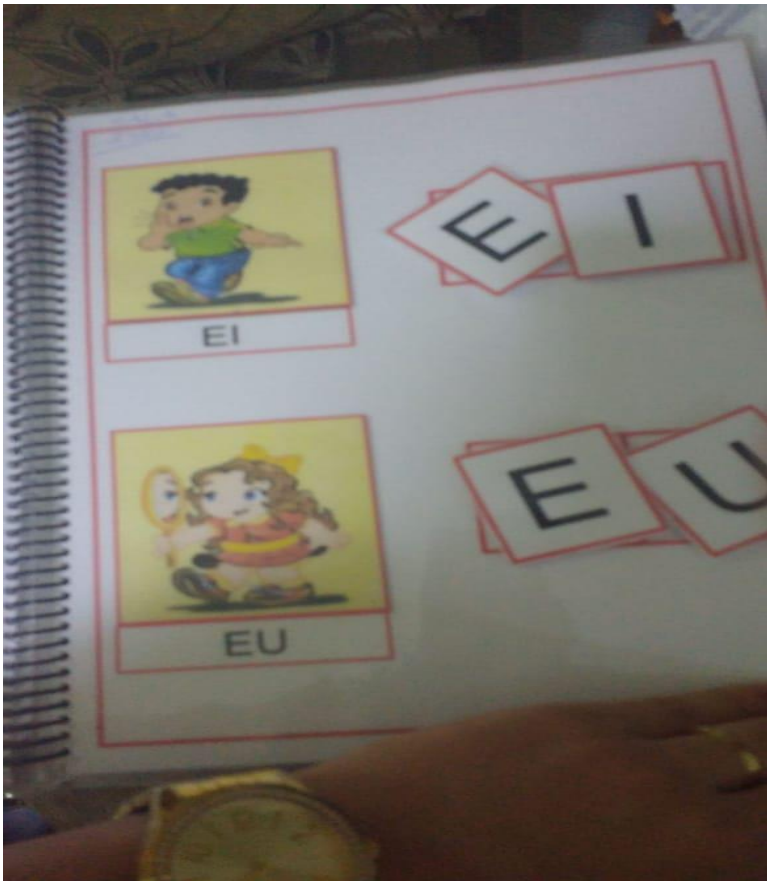
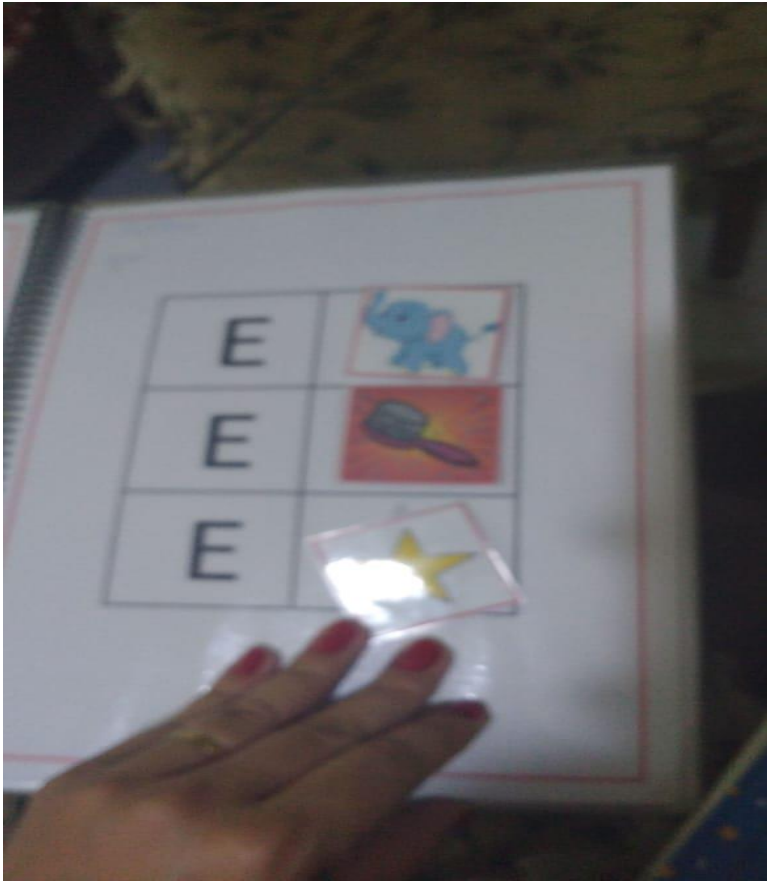
9-Fale um pouco sobre a importância do trabalho realizado na sala de recursos. É essencial que as escolas ofereçam esse recurso aos alunos com TEA?

10-Fale um pouco sobre a importância de se ter um diagnóstico precoce para o bom desenvolvimento do aluno com TEA.

11-Fale um pouco sobre o stress que acomete os professores que estão à frente do processo de inclusão.

APÊNDICE E – Fotos de alguns materiais adaptados para K.A.

Fonte: Acervo da autora.



Fonte: Acervo da autora.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, _____,
acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Amadeus/FAMA,
orientada pela Prof. (a) e Dr. (a)

_____, declaro para os devidos fins
que o Trabalho de Conclusão de Curso:

_____, atende às
normas técnicas e científicas exigidas na elaboração de textos e ao Regulamento
para Elaboração do TCC da referida Instituição.

As citações e paráfrases dos autores estão indicadas e apresentam a origem
e ideia do autor (a) com as respectivas obras e anos de publicação.

O Código Penal em vigor, no Título que trata dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual, dispõe sobre o crime de violação de direito autoral – artigo 184 – que traz o seguinte teor: Violar direito autoral: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. E os seus parágrafos 1º e 2º, consignam, respectivamente:

A § 1º Se a violação consistir em reprodução, por qualquer meio, com intuito de lucro, de obra intelectual, no todo ou em parte, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, (...): Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, (...).

§ 2º Na mesma pena do parágrafo anterior incorre quem vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire oculta, empresta troca ou tem em depósito, com intuito de lucro, original ou cópia de obra intelectual, (...), produzidos ou reproduzidos com violação de direito autoral (Lei n.º 9.610, de 19.02.98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, publicada no D.O.U. de 20.02.98, Seção I, pág. 3).

Declaro, ainda, minha inteira responsabilidade sobre o texto apresentado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Aracaju SE, ____/ ____/ _____.

Assinatura da aluna concluinte